

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	69
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	75
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	76
10.5 - Políticas contábeis críticas	79
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	94
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	95
10.8 - Plano de Negócios	96
10.9 - Outros fatores com influência relevante	99

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. No entanto, o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Processos da Companhia apoia a Diretoria na gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.]

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. No entanto, o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Processos da Companhia apoia a Diretoria na gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar suas ferramentas de controle por meio de desenvolvimento de treinamentos específicos para funcionários e fornecedores, preenchimento de questionários e entrevistas periódicas com as áreas de risco da Companhia, no sentido de prevenir condutas inapropriadas e estancar deficiências, com o intuito de melhor identificar e analisar os riscos aos quais está exposta e definir limites, controles e monitoramento de riscos apropriados.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Devido à natureza de seu negócio e ao curso normal de suas atividades, a Companhia busca proteção essencialmente contra riscos macroeconômicos e operacionais, corrupção, riscos associados à sua liquidez, às taxas de inflação, às taxas de juros e à flutuação da taxa de câmbio. O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta a fim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivo de proteção.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia ainda não possui uma estrutura formal de gerenciamento de riscos.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A matriz de risco desenvolvida internamente tem por objetivo identificar os principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia entende que, após a sua validação final interna, que ocorrerá ao longo do ano de 2019 e revisões periódicas, a serem conduzidas pela unidade de Compliance, teremos condições de verificar a sua efetividade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos do mercado

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. No entanto, o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Processos da Companhia apoia a Diretoria na gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos do mercado

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção.

Devido à natureza de seu negócio e ao curso normal de suas atividades, a Companhia busca proteção essencialmente contra riscos macroeconômicos e operacionais, corrupção, riscos associados à sua liquidez, às taxas de inflação, às taxas de juros e à flutuação da taxa de câmbio. O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta a fim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia e suas controladas não fazem uso recorrente de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois:

- acreditam que os riscos aos quais estão habitualmente expostos os ativos e passivos da Companhia e das suas controladas compensam-se mutuamente no curso natural de suas atividades operacionais, constituindo situação de *hedge* natural; e
- com relação às suas dívidas financeiras, a exposição da Companhia às dívidas denominadas em moeda estrangeira no Brasil não é material a ponto de trazer maiores riscos. Com relação à sua subsidiária na Colômbia, sua dívida denominada em dólar possui um *hedge* natural com a sua estrutura de receitas, a qual também é referenciada em dólar.

Em relação ao caixa, as aplicações financeiras da Companhia são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às suas necessidades, com a maior parte do seu caixa aplicado em títulos do tesouro brasileiro.

Em determinados momentos, a Companhia pode vir a fazer uso de instrumentos de *hedge* para a proteção de algum descasamento de moeda que venha a ocorrer momentaneamente. Para isso, a diretriz da Companhia é de sempre buscar instrumentos derivativos simples, como por exemplo os contratos a termo de moeda sem liquidação física (NDF).

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Conforme acima disposto, a Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial (*hedge*).

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. No entanto, o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Processos da Companhia apoia a Diretoria na gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são os seus objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia adota um perfil conservador de investimentos e a maioria dos seus investimentos estão aplicados em um fundo conservador.

Como estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia possui:

- (a) Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas, o qual é composto por três membros e possui competência para analisar:
 - (i) matérias de finanças, pelo que lhe compete assessorar o Conselho de Administração em políticas de finanças corporativas da Companhia, plano de investimentos, financiamento, bem como acompanhar e analisar sua efetividade e implementação;
 - (ii) matérias de auditoria, pelo que lhe compete manifestar-se sobre o relatório e as contas da Administração, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à assembleia geral ordinária e avaliar o escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela empresa de auditoria independente da Companhia ou de suas controladas; e
 - (iii) matérias de contratação de partes relacionadas, pelo que lhe compete manifestar sobre a celebração de todo e qualquer contrato entre a Companhia e suas controladas/coligadas, seus membros da administração, seu Acionista Controlador, e, ainda, a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como, com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre o mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200.000,00 ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.
- (b) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração, o qual é composto por três membros e possui competência para analisar:
 - (i) matérias de governança, pelo que lhe compete assessorar nosso processo de implementação de boas práticas de governança corporativa da Companhia e recomendar as alterações necessárias nas práticas adotadas;
 - (ii) matérias de sucessão, pelo que lhe compete acompanhar e avaliar o processo de planejamento sucessório dos membros da Diretoria da Companhia e de suas controladas, bem como de empregados que ocupam cargos estratégicos na Companhia e nas suas controladas; e
 - (iii) matérias de remuneração, pelo que lhe compete revisar e recomendar as políticas de gestão dos recursos humanos para o Conselho de Administração da Companhia (acompanhando seus principais indicadores).

Adicionalmente às informações prestadas acima, o Conselho de Administração tem como atribuição a gestão do Código de Conduta da Companhia, o qual tem por objetivo oferecer uma compreensão clara sobre as condutas que orientam os negócios e relacionamentos da Companhia e de suas controladas e que devem estar presentes no exercício diário das atividades de todos os colaboradores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

Em decorrência da promulgação da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o Código de Conduta da Companhia foi alterado, de forma que também passou a ser de responsabilidade do Conselho de Administração a função *Compliance*, a qual tem por finalidade orientar os profissionais da Companhia quanto aos conceitos e métodos de controle que, além de atenderem às exigências legais, devem ser adotados como uma melhora nos parâmetros e padrões éticos de controles, transferência e eficiência.

Assim, a função *Compliance* permite que a Companhia e seus colaboradores ajam em conformidade com as normas, políticas e diretrizes que regulamentam os seus negócios, além de buscar detectar e, punir, conforme o caso, o desvio de comportamento, e a consequente, ocorrência de inconformidades.

Para maiores informações sobre a estrutura de administração da Companhia, vide o item 12.1 deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

As diretrizes de administração de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos os quais enfrentam, a fim de estabelecer limites apropriados e monitorar controles e aderência aos limites. Tais diretrizes são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas em conjunto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos seus relatórios financeiros. A Companhia acredita que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). A Companhia está atenta às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais, utilizando, atualmente, o sistema ERP RM (TOTVS).

Devido a limitações inerentes, os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. As projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Administrativa Financeira e Relações com Investidores, principal área responsável pelas demonstrações financeiras, conta com o suporte da Gerência de Controladoria para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicadas.

A Companhia também possui os seguintes comitês com seus respectivos regimentos internos para apoiá-la em seus controles: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e (ii) Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas. Para mais informações sobre os comitês da Companhia, vide item 12.1 deste Formulário de Referência.

(c) supervisão dos controles internos pela administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A gerência de controladoria da Companhia é responsável pela revisão dos controles internos adotados que garantem a correta preparação dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa de forma razoável e em todos os aspectos relevantes de confiabilidade. A Companhia não possui plano de auditoria interna.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, sem necessariamente expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Como resultado desse estudo e avaliação, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos e procedimentos contábeis que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

A carta de recomendação sobre os controles internos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi emitida em 24 de maio de 2019.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. Sendo um relatório destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controle interno da Companhia, essas recomendações visam a melhoria continua no seu aspecto sistêmico e de governança. A Companhia, ao longo dos últimos anos, vem adotando medidas que visam as melhorias necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A Companhia aprovou em 18 de novembro de 2015 o Código de Ética, Conduta e Compliance, o qual tem por objetivo oferecer uma compreensão clara sobre as condutas que orientam os negócios e relacionamentos da Companhia e que devem estar presentes no exercício diário das atividades de todos os colaboradores.

A Companhia também criou o Manual de Compliance, aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de novembro de 2015, o qual tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos da função compliance na Companhia, com a finalidade de orientar os profissionais da Companhia, quanto aos conceitos e métodos de controle que, além de atenderem às exigências legais, devem ser adotados como uma melhora nos parâmetros e padrões éticos de controles, transferência e eficiência.

A Companhia possui publicada também a Política de Integridade, desde 1 de agosto de 2017, cujo propósito é conceituar e descrever as normas relativas às práticas contra suborno e corrupção em todas as operações envolvendo a Companhia, com o intuito de orientar os negócios da Companhia no sentido de evitar quaisquer desvios de conduta e/ou inconformidades que possam ocorrer e, assim manter a sua integridade. Também tem por objetivo destacar os requisitos de Compliance específicos relacionados a essas diretrizes e proibições, a fim de reforçar o compromisso da Companhia em conduzir seus negócios com os mais altos padrões de honestidade e integridade.

A Política de Integridade deve ser lida juntamente com o Código de Ética, Conduta e Compliance da Companhia e com as demais políticas e procedimentos relacionados, bem como aplicada às operações nacionais ou internacionais da Companhia e a quaisquer atividades de negócios administradas ou conduzidas em nome da Companhia por terceiros, inclusive parcerias (joint ventures). Todo diretor, conselheiro, administrador e colaborador deve inteirar-se de referida Política e agir em conformidade à mesma.

A Política de Integridade proíbe toda e qualquer prática de corrupção ou suborno, independentemente dos valores envolvidos, vantagens auferidas e entes envolvidos (funcionários do governo, empresas públicas e privadas, pessoas físicas ou jurídicas). O cumprimento de referida Política está sujeito aos procedimentos de controles internos da Companhia.

A Política de Integridade ainda está sujeita a alterações, segundo recomendação da unidade de Compliance, com base em mudanças nas demais políticas aplicáveis ou nas leis e regulamentações relevantes.

Adicionalmente, embora não possua uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, a Companhia possui uma matriz de risco de corrupção que está em fase final de validação interna, de modo que a unidade de Compliance aprimorará suas ferramentas de controle por meio de desenvolvimento de treinamentos específicos para funcionários e fornecedores, preenchimento de questionários e entrevistas periódicas com as áreas de risco da Companhia, no sentido de prevenir condutas inapropriadas e estancar deficiências, com o intuito de melhor identificar e analisar os riscos de corrupção aos quais estamos expostos e definir limites, controles e monitoramento de riscos apropriados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia entende que após formalização da matriz de risco, será estabelecida a periodicidade das revisões, a serem conduzidas pela unidade de Compliance, bem como, a Companhia terá condições de verificar a sua efetividade.

Não obstante, a Companhia criou (i) um vídeo de Compliance com abordagem do Código de Ética, Conduta e Compliance o qual é transmitido aos seus colaboradores via intranet; (ii) informativos sobre o programa de integridade que são disponibilizados mensalmente na intranet; (iii) treinamentos periódicos envolvendo todos os colaboradores e a alta administração da Companhia; (iv) cláusula contratual sobre Ética, Conduta e Compliance; (v) mascote do Compliance com o intuído de reforçar a observância das normas de Ética, Conduta e Compliance da Companhia; (vi) procedimento para emissão e acompanhamento de procurações envolvendo entes públicos visando o cumprimento das regras de Ética, Conduta e Compliance da Companhia; (vii) e-mail para envio e esclarecimento de dúvidas pertinentes ao Compliance; e (viii) procedimento para solicitação de doações envolvendo entes públicos, visando o cumprimento das regras de Ética, Conduta e Compliance da Companhia.

Tais diretrizes são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e em nossas atividades.

(ii) estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

O Conselho de Administração tem como atribuição a gestão do Código de Ética, Conduta e Compliance, bem como a partir da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a função *Compliance*, a qual tem por finalidade orientar os profissionais da Companhia quanto aos conceitos e métodos de controle que, além de atenderem às exigências legais, devem ser adotados como uma melhora nos parâmetros e padrões éticos de controles, transferência e eficiência.

Assim, a função *Compliance* do Conselho de Administração permite que a Companhia e seus colaboradores ajam em conformidade com as normas, políticas e diretrizes que regulamentam os seus negócios, além de buscar detectar e, punir, conforme o caso, o desvio de comportamento, e a consequente, ocorrência de inconformidades.

Adicionalmente, foi nomeado um *Compliance Officer* na Companhia, subordinado ao Conselho de Administração, o qual deve assegurar o cumprimento do Código de Ética, Conduta e Compliance, bem como realizar e aprovar as modificações necessárias de referido Código, sanar as dúvidas de colaboradores e de terceiros, coordenar a investigação de toda e qualquer denúncia recebida e auditar os procedimentos internos das áreas de negócios da Companhia.

A Companhia ainda criou uma comissão investigativa a fim de assessorar o *Compliance Officer* na investigação e apuração de denúncias específicas. O *Compliance Officer* deve designar 2 (dois) membros das áreas jurídica, financeira e recursos humanos para, quando necessário, integrarem a comissão investigativa. Os membros desta comissão devem apurar todas as informações possíveis acerca da denúncia, e ao fim das investigações transmitir ao *Compliance Officer* relatório conclusivo por escrito e assinados por todos os membros da comissão, acompanhada das provas apuradas. Todos os membros da comissão investigativa receberam treinamento específico a respeito de investigações internas. A Comissão Investigativa pode solicitar a contratação de empresas terceirizadas para realização das investigações, caso entenda necessário.

Com o intuito de auxiliar no esclarecimento de dúvidas e questões pertinentes ao *Compliance* a Companhia implementou uma unidade de *Compliance* cujo contato poderá ser realizado através do endereço eletrônico: unidadedecompliance@alupar.com.br.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(iii) código de ética ou de conduta

O Conselho de Administração aprovou formalmente em 18 de novembro de 2015 o Código de Ética, Conduta e Compliance da Companhia, aplicando-se a todos os seus colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e, consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócio da Companhia.

A Companhia criou, como forma de treinamento, um vídeo de Compliance com abordagem do Código de Ética, Conduta e Compliance o qual foi transmitido aos seus colaboradores via intranet em maio de 2018. O vídeo está disponível nas salas de reunião da matriz da Companhia, para que seja repassado aos fornecedores, prestadores de serviço e parceiros, com o intuito de consolidar os seus padrões éticos.

Em caso de constatação de condutas praticadas em desacordo com o Código de Ética, Conduta e Compliance, poderão ser adotadas medidas punitivas, tais como, advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, as quais em nada prejudicarão as sanções previstas em lei, para salvaguardar a reputação e a imagem da Companhia, reafirmar os valores éticos previstos no Código, bem como, observar as normas e legislações aplicáveis. Tais sanções estão previstas no Código de Ética, Conduta e Compliance da Companhia.

O Código de Ética, Conduta e Compliance da Companhia está disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.alupar.com.br>, bem como na intranet da Companhia.

(b) canal de denúncia

A Companhia disponibiliza para os seus colaboradores e/ou qualquer terceiro, um canal de denúncias disponível no endereço eletrônico <http://www.alupar.com.br>.

Para o canal de denúncias foi criado um correio eletrônico específico e de acesso exclusivo do Compliance Officer, eleito pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo totalmente apartado da infraestrutura atual da Companhia, com hospedagem de informações a cargo de um servidor externo. A área de TI não possui qualquer acesso ou autorização para administração deste correio.

O envio das denúncias de situações que possam representar o descumprimento das regras previstas no Código de Ética, Conduta e Compliance da Companhia, poderá ser feito de forma anônima ou não, preservando-se o sigilo da identidade do denunciante e das informações enviadas, haja vista a armazenagem das informações ficarem em servidor externo.

O Código de Ética, Conduta e Compliance exige e assegura não só a obrigação de confidencialidade pelo Compliance Officer e pela comissão investigativa, mas também a preservação dos direitos do denunciante, que não poderá ser perseguido ou retaliado.

O Compliance Officer, eleito pelo Conselho de Administração, é o responsável pelo recebimento e apuração das denúncias, sendo assessorado por comissão investigativa na investigação e apuração de denúncias específicas.

No último exercício social, a Companhia recebeu manifestações relativas ao Código de Ética, Conduta e Compliance, feitas de forma anônima e no canal de denúncias, sendo que todas elas foram internas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias, a Companhia realiza uma auditoria legal, contábil, financeira e operacional, juntamente com o assessoramento de escritório(s) externo(s) especializado(s), visando obter um retrato que seja o mais próximo possível da realidade da sociedade a ser adquirida e/ou fundida.

Através deste mecanismo a Companhia tem uma visão global ou pontual, a depender do seu escopo, especialmente sob os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, operacionais, dentre outros, razão pela qual é um mecanismo de prevenção essencial nos processos de cisões, fusões e incorporações e também para segurança em investimentos.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas voltadas para a preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a essa Seção 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O patrimônio líquido total da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 6.261,7 milhões, o que representa uma variação positiva de 11,7% em relação ao patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento da conta reserva de lucros (investimento) em R\$435,6 milhões, aumento dos resultados abrangentes no montante de R\$13,7 milhões referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Alupar Peru e Risaralda e resultado do exercício de 2018 e aumento do valor atribuído aos acionistas não controladores da Companhia no montante de R\$ 210,8 milhões.

O patrimônio líquido total da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 5.606,8 milhões, o que representa uma variação positiva de 23,01% em relação ao patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento de capital social no montante de R\$833,5 milhões, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 4 de abril de 2017 realizado por meio da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações, ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. O montante total de R\$ 833,5 milhões corresponde à subscrição total de 128.224.999 ações, sendo 45.520.639 ações ordinárias e 82.704.360 ações preferenciais de emissão da Companhia, incluindo certificados de depósito de ações lastreados em ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia. As demais variações ocorreram pelo aumento da conta reserva em R\$172,6 milhões, aumento dos resultados abrangentes no montante de R\$11,8 milhões referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Alupar Peru e Risaralda e resultado do exercício de 2017 e aumento do valor atribuído aos acionistas não controladores da Companhia no montante de R\$ 64,2 milhões.

Em função do volume de investimentos da Companhia na implantação de novos ativos de transmissão e geração de energia elétrica, e também dentro da política de melhores práticas do mercado no gerenciamento de passivos com o alongamento de suas dívidas, a Companhia captou recursos da ordem de R\$2.974,6 milhões com terceiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (empréstimos tomados fluxo de caixa), sendo 305,9% superior ao montante de R\$ 972,3 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia realizou o pagamento de principal e juros das dívidas no valor de R\$1.819,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, sendo 58,90% inferior ao montante de R\$1.144,8 milhões pagos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em função do volume de investimentos da Companhia na implantação de novos ativos de transmissão e geração de energia elétrica, e também dentro da política de melhores práticas do mercado no gerenciamento de passivos com o alongamento de suas dívidas, a Companhia captou recursos da ordem de R\$972,3 milhões com terceiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, sendo 21,58% superior ao montante de R\$ 800,0 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Ademais, a Companhia realizou o pagamento de principal e juros das dívidas no valor de R\$1.144,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, sendo 13,86% inferior ao montante de R\$1.329,1 milhões pagos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a liquidez corrente da Companhia, calculada pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante, foi de 3,26, superior em 54,61% quando comparado ao índice de liquidez corrente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de 2,11, que por sua vez foi 45,49% superior em relação ao índice de liquidez corrente de 1,45 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a liquidez geral da Companhia, calculada pelo ativo circulante somado ao ativo não circulante dividido pelo valor do passivo circulante somado ao passivo não circulante, foi de 1,75, inferior em 10,57% quando comparada à liquidez geral do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de 1,96, que por sua vez foi superior em 8,53% em relação a liquidez geral da Companhia de 1,80, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia acredita que seus índices de liquidez acima informados representam disponibilidade de recursos suficientes para cobertura de seu passivo.

(b) estrutura de capital

A estrutura de capital consolidada da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, passou a contar com 42,9% de recursos próprios e 57,1% de capital de terceiros, enquanto que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a estrutura de capital consolidada da Companhia registrou, respectivamente, 48,9% de recursos próprios e 51,1% de capital de terceiros e, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, registrou 49,9% de recursos próprios e 50,1% de capital de terceiros.

Nos mesmos períodos citados acima, a Companhia possuía uma relação dívida bruta sobre patrimônio líquido total de 102,3%, 85,0% e 100,2%, respectivamente.

A Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado para o seu setor de atuação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, da Companhia era de R\$2.981,9 milhões, representado por 596.955.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 2.148,5 milhões, representado por 554.233.455 ações ordinárias e 196.652.815 ações preferenciais. Todas as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia são nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia possui um capital autorizado de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias e/ou ações preferenciais. O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até esse limite, independentemente de reforma estatutária, nos termos do artigo 8º, parágrafo 1º do estatuto social da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia acredita ter geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa prever que tal situação se mantenha.

A dívida bruta da Companhia (total de empréstimos e financiamentos e debêntures, circulante e não circulante) totalizava R\$ 6.403,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 4.763,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, R\$4.567,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A dívida líquida ajustada da Companhia considera a “Dívida Bruta” menos as disponibilidades, as quais são a soma das rubricas “Caixa e Equivalentes de Caixa”, “Investimentos de Curto Prazo” e “Títulos e Valores Mobiliários”, tendo atingido R\$2.803,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, valor superior em 4,3% ao registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que foi de R\$2.688,6 milhões, que por sua vez foi inferior em 26% ao registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 que foi de R\$3.633,4 milhões. A posição consolidada das disponibilidades era de R\$ 3.600,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$2.074,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$934,3 milhões em 31 de dezembro de 2016.

É importante ressaltar que, o EBITDA consolidado da Companhia (calculado conforme descrito no item 3.2 deste Formulário de Referência) foi de R\$1.294,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 1.170,2 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R\$1.329,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A dívida de longo prazo da Companhia, que corresponde a 89,0% de sua dívida bruta em 31 de dezembro de 2018, possui um horizonte largo de amortização, com 49,5% dessa dívida sendo amortizada até 2022 e 50,5% após esse período.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiar o seu capital de giro e os seus investimentos em ativos não-circulantes (*capex*), a Companhia utiliza o caixa gerado por suas atividades, de empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras de primeira linha, bem como de emissão de debêntures.

A Companhia acredita estar em uma situação confortável em relação às suas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo em vista principalmente: (i) a sua capacidade de geração de caixa; (ii) a sua qualidade de crédito determinada por agências internacionais de classificação de risco; (iii) o seu limite de crédito não utilizado; e (iv) a qualidade de suas subsidiárias, permitindo o financiamento de investimentos de capital utilizando-se da modalidade de *project finance*.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dentro de sua estratégia de crescimento, as necessidades de financiamento da Companhia para novos investimentos de capital (construção de novos ativos) são usualmente buscadas junto ao BNDES e outras instituições financeiras de desenvolvimento, juntamente com outros financiamentos estruturados de dívidas públicas ou privadas, além da utilização da sua geração interna de caixa decorrente das subsidiárias da Companhia em operação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A necessidade de eventual captação fora destas linhas é, em geral, justificada pelo alongamento do perfil de endividamento e pela manutenção dos níveis de alavancagem que são adequados tanto para os acionistas da Companhia quanto para os seus credores. Caso a sua capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, a Companhia acredita que conseguirá saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1(g) deste Formulário de Referência) ou através de novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, a Companhia busca analisar as opções disponíveis naquele momento, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Abaixo descrevemos os contratos de empréstimo e financiamento relevantes tanto para a Companhia quanto para as suas controladas.

Finaciadora de Estudos e Projetos – FINEP

Alupar

Em 17 de dezembro de 2009, celebramos com a Finaciadora de Estudos e Projetos – FINEP contrato de financiamento em que a FINEP concedeu um crédito no valor de R\$72.840.822,74, desembolsado em quatro parcelas. Sobre o valor principal, incidem juros de 8% ao ano. O contrato possui vencimento em 15 de maio de 2018 e é garantido por fiança prestada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”). O empréstimo tem como objetivo custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração do Projeto “Estudos e Projetos para Pré-Investimento em Infraestrutura”. A FINEP poderá declarar o contrato antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses usuais, nos casos de (i) aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso; (ii) existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida à FINEP; (iii) inexatidão nas informações prestadas à FINEP pela Companhia, objetivando a obtenção do financiamento ou durante a execução do contrato; (iv) paralisação culposa do projeto; (v) outras circunstâncias que, a juízo da FINEP, tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Companhia das obrigações assumidas no contrato ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido o financiamento; (vi) inadimplemento de qualquer obrigação assumida no contrato por parte da Companhia; ou (vii) recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial em relação à Companhia e/ou seu garantidor, ressalvada a hipótese de protesto indevido e/ou devidamente justificado. Adicionalmente, este contrato prevê nossa obrigação de notificar a FINEP de todas as alterações realizadas no nosso capital social e/ou estrutura societária, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial competente. Este empréstimo foi quitado em maio de 2018.

Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB

STN

Em 25 de junho de 2004, a STN, uma de nossas subsidiárias, celebrou contrato de financiamento por meio de escritura particular de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) no valor de R\$299.995.032,33. Sobre o valor do principal, incidem juros de 10% ao ano. A amortização é realizada em 216 prestações mensais e sucessivas, vencendo a última em 25 de junho de 2024. O financiamento tem como finalidade a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, com origem na subestação de Teresina II e término na subestação Fortaleza II, conforme contrato de concessão 005/2004 – ANEEL. Para garantir que quaisquer obrigações decorrentes do contrato de financiamento sejam cumpridas, há (i) penhor da totalidade das nossas ações

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ordinárias da STN; (ii) penhor de direitos emergentes do contrato de concessão nº 005/2004; (iii) fiança prestada por nós, obrigando-nos solidariamente ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela STN no contrato; (iv) fundo de liquidez, em que a STN deposita o valor de três parcelas de amortização da principal em conta corrente vinculada ao BNB (quantia sempre aplicada em títulos do tesouro nacional ou fundos lastreados nesses títulos); e (v) seguro garantia de forma a viabilizar a conclusão da obra ou o pagamento ao BNB do saldo devedor da operação. Independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, o BNB poderá declarar vencimento antecipado, dentre outras hipóteses, caso a STN: (i) perca a concessão objeto do contrato de concessão nº 005/2004 - ANEEL; (ii) grave, alienie, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros, ou remova os bens lastreadores dos créditos, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja; (iii) contrate com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento financiado pelo BNB; e (iv) proceda a venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração societária da STN, alteração na composição do capital votante ou em transferência do controle acionário da STN, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado Contrato de Financiamento de Instrumento Particular de Abertura de Crédito entre o BNB e a Transleste – Companhia Transleste de Transmissão (“**Transleste**”), sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. (“**Orteng**”). O valor do referido contrato é de R\$15.000.000,00 com vencimento da última parcela em 11 de março de 2025. Sobre o principal, incide juros devidos à taxa efetiva de 9,5% ao ano, sendo o valor dos juros exigível: (i) trimestralmente no dia 11 de cada mês, durante o período de carência fixada em 16 meses e compreendido entre 11 de março de 2005 e 11 de setembro de 2006; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização a partir de 11 de outubro de 2006, juntamente com as prestações vincendas do principal, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Guarupart e da Orteng, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; (v) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto.

Por fim, ressalta-se que a BNB poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BNB ou com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (“**BDMG**”); (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BNB nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BNB; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BNB; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, alienie, arrende, ceda ou transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação do BNB quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com Garantia Real e Fidejussória BDMG/BF nº 127.314, entre o BDMG e a Transleste, sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng. O valor de referido contrato é de R\$12.971.000,00, dividido em 21 parcelas, com pagamento dividido em prestações semestrais e sucessivas, vencíveis sempre em 31 de janeiro e/ou 31 de julho. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 31 de julho de 2005, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros venceu em 31 de janeiro de 2007 e a última parcela venceu em janeiro de 2017. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“**FNE**”), gerido pelo BNB e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (“**BID**”). Desse modo, os juros sobre este contrato serão de 5% ao ano acima da taxa variável. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas as mesmas garantias oferecidas no âmbito do Contrato de Financiamento de Instrumento Particular de Abertura de Crédito entre o BNB e a Transleste, também sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng, celebrado na mesma data, quais sejam: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Guarupart e da Orteng, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; e (v) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto.

Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BDMG ou com o BNB; (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BDMG nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BDMG; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BNB; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, alienie, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação da BDMG quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com Garantia Real e Fidejussória BDMG/BF nº 127.315, entre o BDMG e a Transleste, sendo intervenientes garantidoras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pignorárias, a Transminas Holding S.A. e a Orteng. Posteriormente este contrato foi retificado e ratificado em 28 de abril de 2008 (“**Primeiro Termo Aditivo**”). O valor do referido contrato é de R\$47.029.000,00, dividido em 222 prestações mensais e sucessivas, tendo a primeira parcela vencimento em 10 de outubro de 2006 e a última em 10 de fevereiro de 2025. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 9,5% ao ano, sendo calculados e capitalizados mensalmente e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 18 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização iniciado em 10 de outubro de 2006. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Transminas e da EATE, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; e (v) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BDMG ou com o BNB; (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BDMG nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BNB; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BDMG; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, alienie, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação da BDMG quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Transirapé – BDMG/BF nº 147.068

Em 30 de junho de 2010, foi emitida a Cédula de Crédito Bancário BDMG/BF nº 147.068 pela Companhia Transirapé de Transmissão S.A. (“**Transirapé**”) em favor do BDMG. O valor do referido contrato é de R\$1.187.708,00, dividido em 108 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 15 de outubro de 2010, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros venceu em 15 de agosto de 2012 e a última vencerá em 15 de julho de 2020. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Os juros sobre este contrato serão de 4,5% ao ano, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 12 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização iniciado em 15 de agosto de 2012. O financiamento destina-se a ampliação da Subestação Araçuaí 2 – unidade industrial da Transirapé, situada na Rodovia BR 367 KM 275,8 no município de Araçuaí, Minas Gerais. Para segurança e garantia deste contrato é dada em garantia a propriedade fiduciária, nos termos da legislação vigente, dos bens vinculados e obrigatoriamente segurados por valor a ser fixado pelo BDMG, obedecidas as condições estipuladas na cláusula de seguros, a serem adquiridos com recursos deste

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

financiamento, e que serão instalados na unidade industrial/comercial da Transirapé, qual seja, um sistema de transmissão e distribuição de energia constituído por: 1) Um Disjuntor 145 KV, 2) uma Chave Seccionadora 145 KV Abertura Central com LT, 3) Duas Chaves Seccionadoras 145 KV Abertura Central sem LT, 4) Uma Chave Seccionadora 145 KV AP sem LT, 5) Três Transformadores de Corrente 145 KV, 6) Um Transformador de Potencial 145 KV, 7) Três Para Raios 120 KV e 8) Um Painel de Proteção e Controle. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar vencimento antecipado da dívida nos seguintes casos: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da Transirapé, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (ii) a não disponibilização dos dados e das informações necessárias ao acompanhamento da execução do projeto, bem negativa de acesso físico ao representante do BDMG ou do Órgão Repassador e (iii) não complementar as garantias quando notificado de sua insuficiência.

Transirapé – BDMG/BF nº 177.906

Em 27 de dezembro de 2013, foi celebrado Contrato de Financiamento BDMG/BF nº 177.906/13, entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$ 19.761.371,26, dividido em 96 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 4 de abril de 2014, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros vencerá em 15 de fevereiro de 2016 e última vencerá em 15 de janeiro de 2024. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Os juros sobre este contrato serão de 3,5% ao ano, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 24 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização que iniciará em 15 de fevereiro de 2016. O financiamento destina-se a aquisição de um SISTEMA DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – ACIMA DE 52 KV e um SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – ACIMA DE 52 KV. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras, foram dadas as seguintes garantias: (i) Penhor de Ações de Emissão da Transirapé de propriedade da Transminas, correspondentes a 51% do capital social da Transirapé; (ii) Cessão Fiduciária e Vinculação de Receitas, Administração de Contas, Cobrança, Depósito com Interveniência e Outras Avenças; e (iii) Cessão Fiduciária de parte dos Direitos Emergentes da Concessão. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar vencimento antecipado do financiamento em caso de: (i) não comprovação física e/ou financeira da produção ou comercialização de máquinas e/ou equipamentos objeto da colaboração financeira; (ii) aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no Contrato; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Transirapé ou por coobrigado(s) junto ao BDMG; (iv) descumprimento de qualquer obrigação assumida no Contrato na data de seu vencimento, ficando caracterizada a mora de pleno direito; (v) qualquer medida judicial ou extrajudicial, que possa afetar as garantias ou a situação patrimonial dos garantidores vinculadas ao Contrato; (vi) falecimento de qualquer um dos coobrigados, sem que haja sua substituição no prazo de 30 dias; (vii) requerimento de recuperação judicial, falência ou insolvência civil ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades e (viii) qualquer mudança que, direta ou indiretamente, implique alteração do controle societário sem prévia anuência do BDMG.

Transirapé – BDMG nº 193.292

Em 23 de outubro de 2014, foi celebrado Contrato de Financiamento Mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$5.893.000,00, dividido em 168 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros tem vencimento previsto para março de 2015, e a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros vencerá em 15 de novembro de 2015 e última vencerá em 15 de outubro de 2029. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG é composto de recursos ordinários do BNDES, originários do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. Os juros sobre este contrato serão de 3,5% ao ano acima da TJLP, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 12 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização que iniciará em 15 de novembro de 2015. O financiamento teve como motivação a implantação de reforços nas instalações de transmissão da Transirapé dos segundos Bancos Autotransformadores, sendo um na Subestação Irapé e outro na Subestação Araçuaí 2, com os seus respectivos módulos de conexões, interligações e infraestrutura de manobras necessárias. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; (ii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada; e (iii) penhor de ações das detidas pelas intervenientes Transminas e EATE que deram em caução a totalidade das ações ordinárias da Transirapé. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) falsidade da declaração firmada pela Transirapé em 20 de outubro de 2014, previamente à contratação, negando a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BDMG à exceção daquele constituído no âmbito do Contrato de Financiamento BDMG nº 177.906/13; (ii) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre direitos creditórios dados em garantia ao BDMG; (iii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; e (iv) vencimento antecipado do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Transirapé.

Transirapé – BDMG nº 215.411/16

Em 1º de abril de 2016, foi celebrado o Contrato de Financiamento nº 215.411/16 entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$4.000.000,00, com pagamento de principal adicionado de juros dividido em 99 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela tem vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2018 e última vencerá em 15 de abril de 2026. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 6,0% ao ano acima da TJLP. O financiamento teve como motivação a expansão da subestação Irapé, localizada em Grão Mogol (MG). Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor de ações de emissão da Transirapé, equivalente a 51% de seu capital social, de propriedade da Transminas e da EATE; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; e (iii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre ativos dados em garantia ao BDMG; (ii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; (iii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos contratos celebrados com o BDMG em 27 de dezembro de 2013 e 24 de outubro de 2014; e (iv) descumprimento de qualquer obrigação da Transirapé, Transminas ou EATE perante o BDMG.

Transirapé – BDMG nº 215.485/16

Em 5 de abril de 2016, foi celebrado o Contrato de Financiamento nº 215.485/16 entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$4.469.000,00, com pagamento de principal adicionado de juros dividido em 36 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela tem

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vencimento previsto para 15 de maio de 2018 e última vencerá em 15 de abril de 2021. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 4,5% ao ano acima da TJLP. O financiamento teve como motivação a expansão da subestação Irapé, mediante aquisição de equipamentos, visando à instalação de reatores de barra. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor de ações de emissão da Transirapé, equivalente a 51% de seu capital social, de propriedade da Transminas e da EATE; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; e (iii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre ativos dados em garantia ao BDMG; (ii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; e (iii) descumprimento de qualquer obrigação da Transirapé, Transminas ou EATE perante o BDMG.

Banco do Brasil S.A.

ETVG

Em 23 de dezembro de 2011, a Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (“**ETVG**”) constituiu em favor do Banco do Brasil S.A. (“**BB**”), uma nota de crédito comercial de nº 40/00039-7 no valor de R\$17.835.000,00, a ser paga em 150 parcelas mensais e sucessivas, sendo todas de valor nominal de R\$118.900,00, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais (encargos estes que serão pagos trimestralmente). A primeira parcela vencerá em 1º de julho de 2014 e a última em 1º de dezembro de 2026. O valor do crédito será liberado em uma ou várias parcelas. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva de 10% ao ano. Ressalta-se que os encargos financeiros poderão ser reajustados sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30%. Referidos encargos serão calculados e debitados – no dia primeiro de cada mês, nas remições – proporcionalmente aos valores remidos, no vencimento e na liquidação da dívida e serão exigidos nas remições – proporcionalmente aos valores remidos, no período de carência – integralmente no dia primeiro do último mês de cada trimestre, a partir da data da contratação, no período pós-carência – integralmente no dia primeiro de cada mês, no vencimento e na liquidação da dívida. Esta nota de crédito prevê um bônus de adimplência de 15% sobre os encargos financeiros pagos integralmente até a data do respectivo vencimento. Caso seja comprovada aplicação irregular ou desvio de parcelas liberadas, o a ETVG perderá todos os benefícios referentes ao Bônus de Adimplência, estando obrigado, inclusive, a devolver as quantias beneficiadas por esta ferramenta em ocasiões passadas. Há, ainda, obrigação em constituir um pacote de seguros (engenharia, performance, patrimonial, etc.) para o projeto objeto do financiamento, bem como somente realizar modificações no projeto após aprovação do BB e contratar uma consultoria para fiscalizar a conformidade do projeto. Nossas obrigações decorrentes desta nota de crédito comercial são garantidas (por aval) pela Guarupart. Por fim, ressalta-se que o BB poderá declarar a nota de crédito antecipadamente vencida caso: (i) não ocorra o pagamento das parcelas em suas respectivas datas de vencimento; (ii) a ETVG sofra protesto cambiário superior a R\$1.000.000,00; (iii) a ETVG requeira recuperação judicial ou tenha a sua falência decretada; (iv) a ETVG encerre as atividades por qualquer motivo; (v) a ETVG sofra procedimento judicial ou fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas; (vi) a ETVG preste informações incompletas ou alteradas ao BB; (vii) a ETVG se torne inadimplente em outras obrigações assumidas com o BB; (viii) manterá ETVG não mantenha em dia o seguro do bem dado em garantia; (ix) a ETVG ceda ou vincule a terceiros a receita cedida e vinculada ao pagamento da obrigação sem a prévia anuência do BB; (x) a ETVG não constitua instrumento de garantia de suporte aos acionistas, para cobertura de eventuais custos adicionais ao projeto; (xi) a ETVG conceda preferências a outros créditos, faça amortizações de ações ou emita debêntures sem anuência do BB; e (xii) efetue qualquer alteração societária até a liquidação final

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da dívida decorrente da referida operação sem análise e anuênciam do BB; (xiii) efetue distribuição de resultados que não dividendos mínimos até a liquidação da operação. Em abril de 2018 esse financiamento foi quitado.

Banco Santander

ETVG

Em 17 de junho de 2015, foi emitida pela ETVG, a Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro nº 000270589715, em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditada em 28 de junho de 2016 e 12 de janeiro de 2017. O valor do referido contrato, atualmente, é de R\$20,0 milhões, com prazo de 121 dias e vencimento em 30 de junho de 2017. Os juros sobre este contrato serão equivalentes à 128,5% da Taxa do CDI ao ano. Para segurança e garantia deste contrato, a Companhia figura como avalista. Por fim, ressalta-se que o Santander poderá declarar vencimento antecipado da dívida nos seguintes casos, dentre outros: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da ETVG e Companhia; (ii) descumprimento de qualquer obrigação da ETVG e Companhia perante o Santander; e (iii) não reforço das garantias quando notificado de sua insuficiência. Este empréstimo foi quitado em julho de 2018.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

A partir de 2004, diversas de nossas subsidiárias celebraram contratos de financiamento mediante abertura de crédito, junto ao BNDES, nos quais somos intervenientes (ou uma de nossas subsidiárias). Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes de tais contratos, dentre outras garantias específicas, é dada em penhor a totalidade das ações de emissão da respectiva subsidiária. Há ainda previsão de uma conta reserva, não movimentável pela respectiva subsidiária e movimentável unicamente por uma instituição financeira, a ser mantida até o final da liquidação de todas as obrigações dos contratos de financiamento com o BNDES. Em geral, a conta reserva deverá ser mantida com saldo mínimo equivalente a três vezes a próxima prestação vincenda de amortização, juros e demais acessórios do contrato de financiamento. O BNDES poderá declarar o contrato antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses específicas, caso ocorra (i) redução do quadro de pessoal da respectiva subsidiária sem atendimento às condições impostas pelo BNDES no contrato; (ii) inclusão em acordo societário, estatuto social da respectiva subsidiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; (iii) falsidade da declaração firmada pela respectiva subsidiária previamente à contratação, que nega existência de gravames sobre direitos creditórios oferecidos ao BNDES; (iv) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativa à prática de atos, pela respectiva subsidiária, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) diplomação como Deputado Federal ou Senador de pessoa que exerce função remunerada na Companhia, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores; e (vii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo a que a beneficiária pertença, sendo certo que, verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a beneficiária, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.

Adicionalmente, as seguintes obrigações, se inadimplidas, poderão acarretar o vencimento antecipado do contrato: (i) obrigação da garantidora do crédito de aportar capital no caso dos índices de cobertura do serviço de dívida da tomadora beneficiada serem insuficientes; (ii) obrigação de não firmar contratos de mútuo com pessoas do grupo econômico da beneficiária sem a prévia e expressa autorização do BNDES; (iii) inclusão, em acordo societário ou estatuto social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual se exija “quórum” especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

respectivos controladores, ou ainda, a inclusão de dispositivo que importe em: (a) restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (b) restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; ou (c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação; (iv) concessão, sem prévia autorização do BNDES, de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas; (v) realização, sem prévia autorização do BNDES, de distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e pagamento de juros sobre capital próprio; (vi) obrigação de não efetuar qualquer alteração societária pelo prazo de vigência da presente operação relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da beneficiária ou qualquer forma de reorganização que represente alteração de controle ou transferência relevante de ativos envolvendo a Beneficiária; e (vii) descumprimento dos índices financeiros e de capitalização dispostos nos contratos.

A tabela a seguir contém as informações referentes aos empréstimos contraídos pelas controladas da Companhia perante o BNDES.

Credores	Número do contrato	Início	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
EBTE	09.2.14 09.1	28/12/20 09	R\$165.15 0.000,00, dividido em dois subcrédito s: Subcrédito A: R\$141.65 2.000,00 Subcrédito B: R\$23.498. 000,00	15/05/202 5 (subcrédito A) e 15/11/201 9 (subcrédito B)	Implantação das Linhas de Transmissão Brasnorte- Juína, Brasnorte- Parecis, Brasnorte- Juba, Nova Mutum-Sorriso e Sorriso-Sinop	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 011/2008 – ANEEL e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 017/2009 firmado entre a Beneficiária e o ONS; (ii) Seguro patrimonial do projeto; (iii) penhor da totalidade das ações detidas pela EATE no capital social da EBTE; (v) Fiança concedida pela Companhia e por outras sóciais da EBTE.	Não há hipóteses adicionalis.	(i) somente distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e bonificações acima do mínimo legal com prévia autorização do BNDES Este emprestimo foi quitado em julho de 2018	TJLP + 2,56% ao ano (subcrédito A) 4,50% ao ano (subcrédito B)
ETEM	11.2.10 30.1	21/12/20 11	R\$46.800. 000,00, dividido em dois subcrédito s: Subcrédito A:	15/04/202 6	Implantação das instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão com origem na Subestação Nobres e	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010- ANEEL; (ii)	extinção do Contrato de Concessão nº 005/2010- ANEEL	(i) não alterar seu objeto social e o valor dos dividendos mínimos obrigatórios, previstos em seu Estatuto Social, sem a	TJLP + 2,44% ao ano (subcrédito A) TJLP + 2,04% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credores	Número do contrato	Ínicio	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
			R\$44.700.000,00 Subcrédito B: R\$2.100.000,00		término na Subestação Cuiabá; linha de transmissão origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação Nobres	cessão fiduciária dos direitos provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 015/2010, e seus posteriores aditivos, firmado entre a beneficiária o ONS; (iii) penhor de ações de emissão da ETEM de titularidade da Companhia; (iv) fiança prestada pela Alupar, Bimetal e sócios finais da Bimetal à época.		prévia anuênciada BNDES; (ii) sem prévia autorização do BNDES, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e não assumir novas dívidas, salvo aquelas previstas no contrato de financiamento; (iii) não firmar contratos de mútuo com as pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a beneficiária, bem como, não efetuar redução de seu capital social até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, sem anuênciada BNDES	(subcrédito B)
ETES	09.2.01 18.1	04/05/2009	R\$27.714.000,00	15/09/2023	Construção da Linha de Transmissão interligando a subestação de Mascarenhas à de Verona, bem como reforços na Subestação Verona	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2007; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica;	Não há hipóteses adicionais.	Somente realizar distribuição de dividendos ao mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio e concessão de bonificações, a partir do exercício de 2010.	TJLP + 2,37% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credores	Número do contrato	Início	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
						(iii) Seguro garantia de execução dos reforços da subestaçao Verona		Esse contrato foi quitado em 2017.	
Foz	08.2.00 70.1	09/04/20 08	R\$ 201.630.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$188.740.000,00 Subcrédito B: R\$12.890.000,00	03/2027	Implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro e implantação da Linha de Transmissão para conexão ao SIN da Hidrelétrica Foz do Rio Claro	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2006; (ii) penhor dos direitos creditórios provenientes dos CCVE, dos CCEAR e outros contratos de compra e venda de energia firmados; (iii) Seguro patrimonial do projeto; (iv) penhor da totalidade das ações detidas pela Companhia e pelo FI-FGTS no capital social da Foz; e (v) Fiança concedida pela Companhia	Não há hipóteses adicionais.	(i) não realizar transações com partes relacionadas sem prévia autorização do BNDES (Deliberação CVM 26/86)	TJLP + 2,44% ao ano
Ijuí	08.2.00 71.1	09/04/20 08	R\$ 168.200.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 161.889.000,00 Subcrédito B: R\$ 6.311.000,00	15/09/2027	Construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2006; (ii) penhor dos direitos creditórios provenientes dos CCVE, dos CCEAR e outros contratos de compra e venda de energia firmados; (iii) Seguro garantia de execução do projeto e patrimonial; e (iv) Penhor da totalidade das	Não há hipóteses adicionais.	(i) não realizar transações com partes relacionadas sem prévia autorização do BNDES (Deliberação CVM 26/86)	TJLP + 3,13% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credores	Número do contrato	Ínicio	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
						ações de emissão da beneficiária de titularidade da Companhia.			
Lavrinhas	08.02.0976.1	11/03/2009	R\$ 111.185.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 108.811.000,00 Subcrédito B: R\$ 2.374.000,00	15/04/2025	Implantação da PCH Lavrinhas e implantação da Linha de Transmissão necessária para conexão da PCH ao SIN	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 138 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 115/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) Seguro-Garantia na modalidade "performance e completion", pelo prazo de 180 dias após operação da PCH em percentual correspondente a 100% do valor da colaboração financeira; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança concedida pela Companhia	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) extinção da autorização expedida à beneficiária pela ANEEL, ou alterações que, a critério do BNDES, causem impacto relevante na condição econômico-financeira da beneficiária; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa anuência do BNDES, do CCVE 115/2007; (iv) perda, suspensão ou renovação de quaisquer licenças ambientais pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável das apólices dos seguros	(i) não celebrar contrato de mútuo ou contrato de valor superior a R\$200.000,00 com seus acionistas ou empresas coligadas sem prévia aprovação do BNDES, salvo algumas exceções; (ii) não conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ou assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do BNDES, salvo as dívidas assumidas até o término da fase de liberação de recursos pelo BNDES e os mútuos celebrados de acordo com o estipulado no contrato; (iii) somente pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio	TJLP + 1,93% ao ano
Lavrinhas	10.2.0477.1	08/09/2010	R\$ 16.875.000,00	15/04/2025	Suplementação de recursos para a implantação da PCH Lavrinhas	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 138 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii)			TJLP + 2,22% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credores	Número do contrato	Ínicio	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva	
						penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 115/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) endoso da apólice do Seguro-Garantia realizado para o financiamento anterior; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia		após estarem integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuto social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito Específico, voltada à finalidade referida no contrato		
Queluz	08.2.09 75.1	11/03/2009	R\$ 114.647.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 111.100.000,00 Subcrédito B: R\$ 3.547.000,00	15/01/2025	Implantação da PCH Queluz e implantação da Linha de Transmissão necessária para conexão da PCH ao SIN	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 139 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 090/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) Seguro-Garantia na modalidade "performance e completion", pelo prazo de 180 dias após operação da PCH em percentual correspondente	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) extinção da autorização expedida à beneficiária pela ANEEL, ou alterações que, a critério do BNDES, causem impacto relevante na condição econômico-financeira da beneficiária; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa	(i) não celebrar contrato de mútuo ou contrato de valor superior a R\$200.000,00 com seus acionistas ou empresas coligadas sem prévia aprovação do BNDES, salvo algumas exceções; (ii) não conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ou assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do	TJLP + 1,93% ao ano	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credores	Número do contrato	Ínicio	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
						a 100% do valor da colaboração financeira; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia.	anuênciam do BNDES, do CCVE 090/2007; (iv) perda, suspensão ou renovação de quaisquer licenças ambientais pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável das apólices dos seguros	BNDES, salvo as dívidas assumidas até o término da fase de liberação de recursos pelo BNDES e os mútuos celebrados de acordo com o estipulado no contrato; (iii) somente pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas após 12 meses do início de operação comercial da PCH Lavrinhas, bem como após estarem integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuto social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito específico, voltada à finalidade referida no contrato	TJLP + 2,22% ao ano
Queluz	10.2.0478.1	03/08/2010	R\$ 27.716.000,00	15/01/2025	Suplementação de recursos para a implantação da PCH Queluz	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 139 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 090/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) endoso da apólice do Seguro-Garantia realizado para o financiamento anterior; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia.			
ESDE	12.2.1001.1	13/11/2012	R\$ 42.797.000,00,	Subcrédito A: 04/2027	Implantação das instalações de transmissão	(i) cessão fiduciária dos direitos	(i) utilização dos recursos em finalidade	(i) realizar distribuição de dividendos	TJLP + 2,08% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credores	Número do contrato	Ínicio	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
			dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$26.319.000,00 Subcrédito B: R\$16.478.000,00	Subcrédito B: 09/2022	compostas pela Subestação Santos Dumont e demais conexões, localizadas no Estado de Minas Gerais	creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 025/2009-ANEEL; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do serviço de transmissão de energia; (iii) penhor de ações de emissão da ESDE de titularidade da ETEP; (iv) Carta-Fiança prestada pelos então sócios da ESDE.	diversa da prevista no contrato; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	superiores ao mínimo obrigatório e/ou somente se em cumprimento dos índices financeiros e de capitalização mediante apresentação ao BNDES de ratificação de auditor independente de suas Demonstrações Financeiras; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários Este empréstimo foi quitado em julho de 2018	(Subcrédito A) 2,5% ao ano (Subcrédito B)
Ferreira Gomes	12.2.13 90.1	28/12/2012	R\$ 470.610.000,00 (dividido em cinco subcréditos) Subcrédito A: R\$198.420.000,00 Subcrédito B: R\$78.540.000,00 Subcrédito C: R\$9.500.000,00 Subcrédito D: R\$181.850.000,00 Subcrédito E:	Subcrédito A: 04/2031 Subcrédito B: 04/2031 Subcrédito C: 04/2031 Subcrédito D: 12/2022 Subcrédito E: 04/2031	Implantação da UHE Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, a ser implantada no rio Araguari, município de Ferreira Gomes	(i) cessão fiduciária dos direitos dos Contratos de Compra de Energia; (ii) totalidade dos direitos creditórios do contrato de concessão 02/2010; (iii) Fiança da Alupar; (iv) Penhor da totalidade das ações de emissão beneficiária de titularidade da Companhia	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou somente se em cumprimento dos índices financeiros e de capitalização mediante apresentação ao BNDES de ratificação de auditor independente de suas Demonstrações Financeiras; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários pessoas do	TJLP + 2,34% ao ano (Subcréditos A, B e C) 2,5% ao ano (subcrédito D) TJLP apenas (Subcrédito E)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credores	Número do contrato	Ínicio	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
			R\$2.300.000,00					mesmo grupo econômico; (iii) manter o ICSD acima de 1,3 ou 1,2, caso tenha ocorrido a emissão de debêntures em condições específicas; (iv) manter o ICP superior a 20%. A Companhia deverá submeter à aprovação dos BNDES quaisquer matérias que se refira à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe em modificação da atual configuração da beneficiária.	
ETSE	13.2.14 13.1	30/12/2013	R\$ 78.413.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$39.159.000,00 Subcrédito B: R\$39.254.000,00	Subcrédito A: 11/2028 Subcrédito B: 11/2023	Implantação das instalações de transmissão compostas pelas Subestações Abdon Batista e Gaspar 2 e demais conexões, localizadas no Estado de Santa Catarina	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2012-ANEEL e provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 031/2012; (ii) a controlada ECTE dá ao BNDES, em penhor a totalidade de ações de emissão da controlada ETSE de sua titularidade; (iii) penhor da totalidade das ações detidas pela ECTE no capital social da ETSE; (iv) Carta-	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) Extingão do Contrato de Concessão nº 006/2012 (iii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e memória de cálculo, por auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de	TJLP + 2,02% ao ano (Subcrédito A) 3,5% ao ano (Subcrédito B)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credores	Número do contrato	Ínicio	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva
						Fiança prestada pelos então sócios da ETSE. .		mútuos com quaisquer beneficiários	
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	15.2.0778.1	11/02/2016	R\$ 261.300.000,00 EDV I: R\$57.990.000,00 EDV II: R\$32.220.000,00 EDV III: R\$49.007.000,00 EDV IV: R\$81.041.000,00 EDV X: R\$41.042.000,00	10/2032	Implantação dos Parques Eólicos Pitombeiras, Ubatuba, Santa Catarina, Ventos do Nordeste e Pitombeira localizados no município de Aracati estado do Ceará, com capacidade instalada de 98,7MW	(i) Penhor de ações pela Alupar e pela Windepar; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios pelas EDVs e pela Windepar; (iii) conta reserva; (iv) Fiança Corporativa da Windepar e da Alupar.	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, bem como do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES; (iii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial que impeça a conclusão ou a continuidade da operação do Complexo Eólico Energia dos Ventos; (iv) não implantação, abandono ou desistência da implantação de qualquer das Centrais Geradoras Eólicas que integram o projeto.	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e memória de cálculo, por auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários	TJLP + 2,18% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Itau – Alupar Peru

Em setembro de 2017, a controlada Alupar Peru celebrou junto ao Banco Itau a contratação de empréstimo, no montante de USD 20.000 mil. O empréstimo será remunerado pela variação da Libor acrescida de spread de 5,85% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados semestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Alupar Peru. A Companhia é garantidora das obrigações da Alupar Peru no âmbito deste empréstimo. O referido empréstimo tem vencimento previsto para setembro de 2020.

Itau e CorpBanca – Risaralda

Em 14 de novembro de 2014, a controlada Risaralda celebrou junto ao Banco Itaú a contratação de um crédito, no montante de COP\$ 32.000.000 mil (primeira tranche). Em 25 de março de 2015, a controlada Risaralda celebrou junto ao Banco CorpBanca Colombia S.A. Corporación Financiera e Itaú um aditivo ao contrato celebrado em 14 de novembro de 2014, o qual aumentou o montante do empréstimo de COP\$ 32.000.000 mil para COP\$ 120.000.000 mil, mediante extensão de crédito pela CorpBanca no valor de COP\$ 88.000.000 mil (segunda tranche). O contrato será remunerado pela variação do *Indicador Bancario de Referencia - IBR* trimestral na Colômbia acrescida de spread médio de 3,60% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros serão realizados trimestralmente e do principal serão efetuados no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Risaralda. A Companhia é garantidora das obrigações no âmbito deste empréstimo. O contrato do Banco Corpbanca tem vencimento previsto para março de 2018 e os contratos do Itaú tem vencimento previsto para fevereiro de 2018. Em maio de 2018 esse financiamento foi quitado.

Santander – La Virgen (Contratos de Préstamo de Corto Plazo)

Em 22 e 23 de dezembro de 2015, a controlada La Virgen celebrou junto ao Banco Santander (Panama) S.A., com participação da *Corporación Financiera de Desarrollo S.A. – COFIDE*, a contratação de dois empréstimos, no montante de USD 15.000 mil cada. Os empréstimos serão remunerados a uma taxa nominal anual em dólares equivalente ao spread de 2,45% ao ano, do mês um ao mês seis, e de 3,00% ao ano, nos meses seguintes, até o vencimento final dos empréstimos. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados trimestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito destes empréstimos. O vencimento final dos dois empréstimos foi prorrogado para 06 de janeiro de 2018. Em janeiro de 2018 esse financiamento foi quitado.

Santander – La Virgen (Loan Agreement)

Em 15 de janeiro de 2016, a controlada La Virgen celebrou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., Grand Cayman Branch a contratação de empréstimo no montante de USD 50.000 mil. Os empréstimos serão remunerados pela variação da Libor acrescida de spread de 5,19% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento final do empréstimo foi prorrogado para 6 de janeiro de 2018. Em janeiro de 2018 esse financiamento foi quitado.

Corporation Andina de fomento – CAF – La Virgen

Em março de 2017, a controlada La Virgen celebrou junto Corporation Andina de fomento - CAF a contratação de empréstimo no montante de USD 50.000 milhões. Os empréstimos serão remunerados para o montante flutuante (35 MM) uma variação da Libor 6M acrescida de spread de 3,9 % a.a 5 anos / 5.70% a.a + 5 anos, montante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

flutuante (5 MM) uma variação da Libor 6M acrescida de spread de 0.25 % a.a e O montante Fixo (10MM) tem um spread de 5,0 % a.a 5 anos / 10.265% a.a + 5 anos . O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados semestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento do empréstimo está previsto para março de 2032.

Peru Inversiones – Santander Brasil

Em 19 de dezembro de 2018, a controlada Peru Inversiones celebrou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch a contratação de empréstimo no montante de USD 35.000 milhões. Os empréstimos serão remunerados pela variação da Libor acrescida de spread de 3,417% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros serão anualmente. O vencimento final do empréstimo está previsto para 20 de dezembro de 2021.

Deg Deustche Insvestition

Em março de 2017, a controlada La Virgen celebrou junto Deg Deustche Insvestition a contratação de empréstimo no montante de USD 30.000 milhões. Os empréstimos serão remunerados pela variação da Libor 6M fixa de 2.47% acrescida de spread de 3,7 % a.a. a 4,5% a.a. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados semestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento dos empréstimos está previsto para março de 2032.

Emissão de Debêntures por controladas da Companhia

EATE

Em 17 de março de 2014, ocorreu a 3^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R\$ 270.000 mil, dividida em 27.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 17 de março de 2019 e pagarão juros de 100% da Taxa DI acumulada acrescida de um spread ou sobretaxa de 1,15% a.a., tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R\$ 1.000.831 mil reajustado, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice de correção monetário que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 4^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R\$ 159.000 mil, dividida em 15.900 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R\$ 1.158.000 mil. A partir de 10 de março de 2018, as debêntures vencerão antecipadamente caso a dívida líquida da EATE ultrapasse 50% do referido valor. Os valores acima deverão ser reajustados, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice de correção monetário que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

Em 06 de setembro de 2016, ocorreu a 5^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão (R\$ 180.000 mil) foi dividido em duas séries de 12.600 e 5.400 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. A 1^a série tem vencimento em 06 de setembro de 2019 e a 2^a série tem vencimento em 06 de setembro de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2021. Ambas renderão juros de 113,00% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

Em 26 de setembro de 2017, ocorreu a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão (R\$ 70.000 mil) em série única, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R\$ 85.000 milhões, dividida em 85.000 debêntures, ~~em série única~~ cada uma no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com vencimento em 26 de junho de 2023 e juros de 112% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

ECTE

Em 07 de maio de 2015, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da ECTE. O valor total da emissão foi de R\$70.000 mil, dividida em 7.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 07 de fevereiro de 2020 e pagarão juros de 100% da Taxa DI acrescida de um spread ou sobretaxa de 2,15% a.a., tendo a Pentágono S.A. DTVM como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ECTE ultrapasse o valor de (i) R\$250.200 mil da data de emissão até 31 de março de 2017; e (ii) 135.405 mil de 1º de abril de 2018 até a data de vencimento das debêntures.

Em 26 de setembro de 2017, ocorreu a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ECTE. O valor total da emissão (R\$ 75.000 mil) em série única, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

ENTE

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ENTE. O valor total da emissão foi de R\$ 248.000 mil, dividida em 24.800 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% da Taxa DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ENTE ultrapasse o valor de R\$560.000 mil.

Em 06 de setembro de 2016, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ENTE. O valor total da emissão, de R\$ 40.000 mil, foi dividido em duas séries, de 2.800 e 1.200 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. A 1ª série tem vencimento em 06 de setembro de 2019 e pagará juros de 113,00% do DI ao ano. A 2ª série tem vencimento em 06 de setembro de 2021 e pagará juros de 116,00% do DI ao ano. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

ETEP

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETEP. O valor total da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

emissão foi de R\$69.000 mil, dividida em 6.900 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% da Taxa DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ETEP ultrapasse o valor de R\$235.000 mil.

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 3^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETEP. O valor total da emissão foi de R\$45.000 milhões, dividida em 4.500 debêntures, cada uma no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com vencimento em 26 de junho de 2023 e juros de 112% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

EBTE

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EBTE. O valor total da emissão foi de R\$110.000 milhões, dividida em 110.000 debêntures, cada uma no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com vencimento em 26 de junho de 2023 e juros de 112% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

ETES

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETES. O valor total da emissão foi de R\$40.000 mil, dividida em 40.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 1 mil. As debêntures têm vencimento em 26 de junho de 2023 e pagarão juros de 112,0% da Taxa DI a.a., tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

ETVG

Em 26 de junho de 2018, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETVG. O valor total da emissão foi de R\$38.000 mil, dividida em 38.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 1 mil. As debêntures têm vencimento em 26 de junho de 2023 e pagarão juros de 112,0% da Taxa DI a.a., tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

Transirapé

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transirapé de Transmissão (“**Transirapé**”). O valor total da emissão (R\$ 30.000 mil) em uma série de 30.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Transleste

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transleste de Transmissão (“**Transleste**”). O valor total da emissão foi de R\$55.000 mil, dividida em 5.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da Transleste ultrapasse o valor de R\$89.000 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Transleste. O valor total da emissão (R\$30.000 mil) em uma série de 30.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

Transudeste

Em 14 de setembro de 2017, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transudeste de Transmissão. O valor total da emissão (R\$ 50.000 mil) em uma série de 50.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 26 setembro de 2022 e juros de 107,75% da Taxa DI a.a. A emissão tem a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário.

STN

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (“**STN**”). O valor total da emissão foi de R\$ 101.000 mil, dividida em 10.100 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da STN ultrapasse o valor de R\$394.000 mil.

Ferreira Gomes

Em 15 de junho de 2014, foi realizada a terceira emissão de 210.900 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$1 mil no valor de R\$ 210.900 mil. A Companhia é garantidora da controlada Ferreira Gomes. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Durante esse período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”), a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá, sujeita ao vencimento da dívida mediante deliberação dos titulares das debêntures: (i) comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20. Em 31 de dezembro de 2017 a controlada Ferreira Gomes Energia S.A está adimplente com o contrato.

Windepar

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Windepar Holding S.A. (“**Windepar**”). O valor total da emissão foi de R\$ 67.500 mil, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 15 de dezembro de 2018 e pagarão juros IPCA 7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Verde 8

Em 24 de julho de 2017, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Verde 8. O valor total da emissão (R\$ 100.000 mil) em uma série de 10.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 31 de julho de 2018 e juros de 107,0% do CDI a.a. A emissão tem a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. como agente fiduciário.

Verde 8

Em 15 de julho de 2018, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em serie única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos da Verde 8 Energia S.A.. O valor total da emissão (R\$ 140.000.000,00) em uma série de 140.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 1 mil com vencimento em 15 de julho de 2025 e juros de IPCA + 5,9559% a.a. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

ETAP

Em 11 de dezembro de 2017, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETAP. O valor total da emissão (R\$ 150.000 mil) em uma série de 15.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 7 junho de 2019 e juros de 107,10 % do CDI a.a. A emissão tem a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Em setembro de 2019 as debêntures foram quitadas.

Em 15 de setembro de 2018, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETAP. O valor total da emissão (R\$ 156.000 mil) em duas séries sendo uma de 41.300 debêntures com vencimento em 15 de setembro de 2023, e juros de 112,0% do CDI, e um segunda de 114.700 debêntures com vencimento em 15 de setembro de 2025, e juros de 6,1675% a.a. + variação do IPCA, ambas com valor nominal de R\$ 1 mil . A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário

ETC

Em 7 de dezembro de 2017, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETC. O valor total da emissão (R\$ 100.000 mil) em uma série de 10.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil com vencimento em 07 junho de 2019 e juros de 107,10 % do CDI a.a. A emissão tem a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Em outubro de 2019 as debêntures foram quitadas.

Em 15 de setembro de 2018, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETC. O valor total da emissão (R\$ 116.000 mil) em duas séries sendo uma de 30.700 debêntures com vencimento em 15 de setembro de 2023, e juros de 113,5% do CDI, e um segunda de 85.300 debêntures com vencimento em 15 de setembro de 2025, e juros de 6,1675% + variação do IPCA, ambas com valor nominal de R\$ 1 mil . A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

TCC

Em 15 de setembro de 2018, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da TCC. O valor total da emissão (R\$ 680.000 mil) em uma série de 680.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 1 mil com vencimento em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

15 de setembro de 2028 e juros de 6,5333% a.a. + variação do IPCA. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

TPE

Em 15 de setembro de 2018, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da TPE. O valor total da emissão (R\$ 1.070.000 mil) em uma série de 1.070.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 1 mil com vencimento em 15 de setembro de 2028 e juros de 6,5333% a.a. + variação do IPCA. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

EDTE

Em 15 de dezembro de 2018, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EDTE. O valor total da emissão (R\$ 315.000 milhões) em uma série de 315.000 debêntures, cada uma no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) com vencimento em 15 de dezembro de 2028 e IPCA + 5,2939% a.a. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado								
		Circulante				Não circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	
Moeda estrangeira										
Banco Itaú ME	Alupar Peru	-	30.433	-	30.433	-	64.017	-	64.017	
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	-	-	-	-	-	67.895	-	67.895	
Reestructuração largo plazo	Risaralda	1.097	-	(326)	771	-	143.280	(1.668)	141.612	
		1.097	30.433	(326)	31.204	-	275.192	(1.668)	273.524	
Moeda estrangeira										
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	-	6.977	-	6.977	-	179.863	-	179.863	
Deg Deutsche Investments	La Virgen	-	4.887	-	4.887	-	107.797	-	107.797	
Itau Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	-	83	-	83	-	52	-	52	
Itau Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	-	135	-	135	-	88	-	88	
Santander Brasil - Capital de trabalho	Transmissora Colombiana	927	-	-	927	-	38.802	-	38.802	
		927	12.082	-	13.009	-	326.602	-	326.602	
Subtotal		2.024	42.515	(326)	44.213	-	601.794	(1.668)	600.126	
Moeda nacional										
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	Operacionais	ETEM	78	3.368	-	3.446	-	21.329	-	21.329
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1		ETEM	2	109	-	111	-	694	-	694
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1		ETSE	96	3.232	-	3.328	-	28.822	-	28.822
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1		ETSE	29	4.439	-	4.468	-	17.383	-	17.383
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	570	14.825	(240)	15.155	-	168.018	(2.708)	165.310
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	226	5.868	-	6.094	-	66.500	-	66.500
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	26	662	-	688	-	7.502	-	7.502
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	95	24.705	-	24.800	-	74.114	-	74.114
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	3	112	-	115	-	1.274	-	1.274
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1		Foz	405	15.571	-	15.976	-	112.884	-	112.884
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1		Ijuí	397	13.259	-	13.656	-	102.763	-	102.763
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1		Lavrínhas	180	9.511	-	9.691	-	50.724	-	50.724
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1		Lavrínhas	24	1.292	-	1.316	-	6.889	-	6.889
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1		Queluz	175	9.658	-	9.833	-	49.095	-	49.095
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1		Queluz	39	2.115	-	2.154	-	10.752	-	10.752
BNDES		EDV I	180	2.275	(25)	2.430	-	52.440	-	52.440
BNDES		EDV II	101	1.284	(13)	1.372	-	29.601	-	29.601
BNDES		EDV III	155	1.963	(19)	2.099	-	45.247	-	45.247
BNDES		EDV IV	238	3.012	(24)	3.226	-	69.419	-	69.419
BNDES		EDV X	130	1.646	(18)	1.758	-	37.940	-	37.940
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002		STN	63	22.534	-	22.597	-	76.808	-	76.808
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068		Transirapé	1	132	-	133	-	77	-	77
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906		Transirapé	16	2.382	-	2.398	-	9.728	-	9.728
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292		Transirapé	146	421	-	567	-	4.174	-	4.174
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485		Transirapé	134	1.490	-	1.624	-	1.986	-	1.986
BNDES - Crédito automático Contrato 215.411		Transirapé	138	485	-	623	-	3.071	-	3.071
BDMG - Contrato nº 127315		Transleste	81	2.461	-	2.542	-	12.716	-	12.716
BNB - Contrato nº 05974828-A		Transleste	24	747	-	771	-	3.929	-	3.929
			3.752	149.558	(339)	152.971	-	1.065.879	(2.708)	1.063.171
Total - Empréstimos e financiamentos			5.776	192.073	(665)	197.184	-	1.667.673	(4.376)	1.663.297

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado						
		Circulante				Não circulante		
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017
Moeda estrangeira								
Banco Itaú ME	Operacionais							
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Alupar Peru	1.452	19.870	-	21.322	79.492	-	79.492
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	375	35.488	-	35.863	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda	100	8.872	-	8.972	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	125	11.090	-	11.215	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	125	11.090	-	11.215	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	149	13.308	-	13.457	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	174	15.526	-	15.700	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	174	15.526	-	15.700	-	-	-
Banco Itaú Pagare nº 20000000135	Risaralda	249	22.180	-	22.429	-	-	-
Banco Itaú Pagare nº 20000000225	Risaralda	64	1.580	-	1.644	-	-	-
	Risaralda	62	1.608	-	1.670	-	-	-
		3.049	156.321	-	159.370	79.825	-	79.825
Moeda estrangeira								
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	Pré Operacionais							
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	1.608	165.596	-	167.204	-	-	-
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	523	99.352	-	99.875	-	-	-
Deg Deutsche Investitions	La Virgen	782	-	-	782	164.827	-	164.827
Itau Corpbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	469	-	-	469	98.896	-	98.896
Itau Corpbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	-	57	-	57	126	-	126
	Transmissora Colombiana	-	126	-	126	207	-	207
		1.774	99.352	-	268.330	263.723	-	263.723
		-	255.673	-	427.700	343.548	-	343.548
Subtotal								
Moeda nacional								
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Operacionais							
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	Alupar	5	1.513	(47)	1.471	-	-	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	306	11.280	-	11.586	72.382	-	72.382
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	EBTE	11	2.889	-	2.900	2.648	-	2.648
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	52	1.618	-	1.670	13.484	-	13.484
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	8	1.583	-	1.591	5.936	-	5.936
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	101	3.344	-	3.445	24.527	-	24.527
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	3	109	-	112	798	-	798
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	120	3.210	-	3.330	31.834	-	31.834
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	41	4.438	-	4.479	21.821	-	21.821
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	126	1.427	(6)	1.547	11.273	(33)	11.240
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	117	20.000	-	20.117	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	700	14.723	(240)	15.183	181.586	(2.948)	178.638
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	277	5.827	-	6.104	71.870	-	71.870
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	32	657	-	689	8.109	-	8.109
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	136	24.706	-	24.842	98.819	-	98.819
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	1	35	-	36	433	-	433
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	516	15.463	-	15.979	127.571	-	127.571
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	501	13.169	-	13.670	115.226	-	115.226
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrínhas	236	9.445	-	9.681	59.821	-	59.821
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrínhas	33	1.283	-	1.316	8.124	-	8.124
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	231	9.592	-	9.823	58.349	-	58.349
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	52	2.101	-	2.153	12.779	-	12.779
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	24	-	24	-	-	-
BNDES	EDV I	185	2.089	(25)	2.249	54.339	-	54.339
BNDES	EDV II	105	1.179	(14)	1.270	30.673	-	30.673
BNDES	EDV III	160	1.802	(19)	1.943	46.885	-	46.885
BNDES	EDV IV	265	2.985	(23)	3.227	77.680	-	77.680
BNDES	EDVX	134	1.511	(18)	1.627	39.314	-	39.314
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	76	21.416	-	21.492	99.342	-	99.342
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	209	-	209
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	22	2.382	-	2.404	12.110	-	12.110
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	130	421	-	551	4.595	-	4.595
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	170	993	-	1.163	3.476	-	3.476
BNDES - Credito automático Contrato 215.411	Transirapé	162	445	-	607	3.556	-	3.556
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	94	2.461	-	2.555	15.178	-	15.178
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	28	749	-	777	4.675	-	4.675
		5.137	187.001	(392)	191.746	1.319.422	(2.981)	1.316.441
Subtotal		-	-	-	-	-	-	-
Total - Empréstimos e financiamentos		5.137	187.001	(392)	191.746	1.319.422	(2.981)	1.316.441
		9.960	442.674	(392)	619.446	1.662.970	(2.981)	1.659.989

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado								
		Circulante			Não circulante					
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	Encargos	Principal	Custos a amortizar		
Moeda estrangeira										
Santander - Contrato nº 2885	Operacionais	Alupar Peru	-	-	-	4.664	48.877	-	53.541	
Santander Panamá - Contrato nº 826302		Alupar Peru	-	-	-	1.451	16.293	-	17.744	
Bancolombia - Contrato nº 161781		Risaralda	-	-	-	-	-	-	-	
Bancolombia - Contrato nº 161782		Risaralda	-	-	-	-	-	-	-	
Bancolombia - Contrato nº 166276		Risaralda	-	-	-	-	-	-	-	
Bancolombia - Contrato nº 175893		Risaralda	-	24	-	24	-	-	-	
Bancolombia - Contrato nº 258419633		Risaralda	-	42	-	42	-	-	-	
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093		Risaralda	479	34.752	-	35.231	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	143	10.860	-	11.003	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	311	21.720	-	22.031	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	205	15.204	-	15.409	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	206	15.204	-	15.410	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	117	8.688	-	8.805	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	147	10.860	-	11.007	-	-	-	
Banco CorpBanca - contrato de crédito		Risaralda	176	13.032	-	13.208	-	-	-	
BDMG - Contrato nº 127314		Transleste	22	777	-	799	-	-	-	
			1.806	131.163	-	132.969	6.115	65.170	-	71.285
Moeda estrangeira										
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	Pré Operacionais	La Vigen	-	187.188	-	187.188	-	-	-	
Santander - Contrato COFIDE		La Vigen	-	112.313	-	112.313	-	-	-	
			-	299.501	-	299.501	-	-	-	
			1.806	430.664	-	432.470	6.115	65.170	-	71.285
Subtotal										
Moeda nacional										
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Operacionais	Alupar	16	3.631	(111)	3.536	-	1.513	(47)	1.466
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1		EBTE	343	11.160	-	11.503	-	82.768	-	82.768
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1		EBTE	17	2.889	-	2.906	-	5.538	-	5.538
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1		ESDE	57	1.601	-	1.658	-	14.941	-	14.941
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1		ESDE	10	1.583	-	1.593	-	7.518	-	7.518
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1		ETEM	112	3.309	-	3.421	-	27.573	-	27.573
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1		ETEM	3	107	-	110	-	898	-	898
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1		ETES	50	2.067	(4)	2.113	-	11.883	(23)	11.860
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1		ETES	7	286	-	293	-	1.644	-	1.644
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1		ETES	8	1.556	(32)	1.532	-	2.853	(38)	2.815
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1		ETSE	130	3.176	-	3.306	-	34.670	-	34.670
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1		ETSE	47	4.438	-	4.485	-	26.259	-	26.259
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7		ETVG	111	1.427	(6)	1.532	-	12.700	(40)	12.660
Banco Santander - Contrato nº 000270589715		ETVG	2.460	22.500	-	24.960	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	745	14.566	(240)	15.071	-	194.213	(3.188)	191.025
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	295	5.765	-	6.060	-	76.868	-	76.868
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	33	651	-	684	-	8.673	-	8.673
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1		Ferreira Gomes	162	24.705	-	24.867	-	123.524	-	123.524
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1		Foz	566	15.298	-	15.864	-	141.507	-	141.507
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1		Ijuí	547	13.028	-	13.575	-	127.023	-	127.023
BNDES - Contrato nº 08.2.0076.1		Lavrínhas	265	9.345	-	9.610	-	68.527	-	68.527
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1		Lavrínhas	37	1.268	-	1.305	-	9.306	-	9.306
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100		Lavrínhas	-	3	-	3	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100		Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000		Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000		Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0075.1		Queluz	261	9.489	-	9.750	-	67.215	-	67.215
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1		Queluz	59	2.078	-	2.137	-	14.720	-	14.720
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100		Queluz	-	43	-	43	-	26	-	26
BNDES		EDV I	189	1.910	-	2.099	-	55.825	-	55.825
BNDES		EDV II	107	1.078	-	1.185	-	31.512	-	31.512
BNDES		EDV III	163	1.648	-	1.811	-	48.167	-	48.167
BNDES		EDV IV	271	2.730	-	3.001	-	79.804	-	79.804
BNDES		EDVX	137	1.382	-	1.519	-	40.389	-	40.389
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002		STN	89	20.353	-	20.442	-	120.758	-	120.758
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068		Transirapé	1	132	-	133	-	341	-	341
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906		Transirapé	26	2.382	-	2.408	-	14.493	-	14.493
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292		Transirapé	84	421	-	505	-	5.016	-	5.016
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485		Transirapé	119	-	-	119	-	4.469	-	4.469
BNDES - Crédito automático Contrato 215.411		Transirapé	109	-	-	109	-	4.000	-	4.000
BDMG - Contrato nº 127315		Transleste	107	2.461	-	2.568	-	17.639	-	17.639
BNB - Contrato nº 05974828-A		Transleste	33	862	-	895	-	5.424	-	5.424
			7.776	191.331	(393)	198.714	-	1.490.197	(3.336)	1.486.861
Moeda nacional										
Custo de captação BNDES	Pré Operacionais	Verde 8	-	-	(240)	(240)	-	-	-	-
Nota Promissória - Banco Fator S.A.		Verde 8	1.840	30.000	(345)	31.495	-	-	-	-
			1.840	30.000	(585)	31.255	-	-	-	-
Subtotal			9.616	221.331	(978)	229.969	-	1.490.197	(3.336)	1.486.861
Total - Empréstimos e financiamentos			11.422	651.995	(978)	662.439	6.115	1.555.367	(3.336)	1.558.146

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Características dos empréstimos e financiamentos

Financiadores / Credores	Empresas operacionais	Consolidado									
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Periodicidade da amortização	Principal		
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a.						
					Indexador	Juros (%)					
Moeda nacional - R\$											
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	mai/25	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	abr/27	26.319	TJLP	2,08	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	set/22	16.478	-	2,50	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	27.446	TJLP	2,02	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	34.254	-	3,50	Mensal	Mensal	Mensal		
Banco Santander Contrato nº 000270589715	ETVG	jun/17	jul/18	20.000	CDI	7,94	Único no final	Único no final	Único no final		
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	-	2,5	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	2.300	TJLP	-	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrínhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrínhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	Mensal	Mensal		
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jun/13	jul/18	192	-	3,00	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal		
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV V	mar/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	Mensal		
BNB - Contratos nº A4000000101001 e A4000000101002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	Mensal	Mensal		
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	Mensal	Mensal		
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	Mensal	Mensal		
BDMG (FINAME) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	Mensal	Mensal		
BDMG - Contrato nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	TJLP	6,00	Mensal	Mensal	Mensal		
BDMG - Contrato nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	Mensal	Mensal		
BDMG Contrato nº 127315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	Mensal	Mensal		
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	Mensal	Mensal		
Moeda estrangeira - Peso colombiano											
Banco Itau Corpbanca	Risaralda	abr/18	out/18	COP 3.000.000.000	IBR	9,55	Único no final	Único no final	Único no final		
Banco Itau Corpbanca	Risaralda	mai/18	mai/25	COP 120.000.000.000	IBR	4,93	Trimestral	Trimestral	Trimestral		
Moeda estrangeira - Dólar											
Banco Itaú ME	Alupar Peru	set/17	set/20	USD 30.000.000	Líbor (**)	5,85	Semestral	Semestral	Semestral		
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	dez/18	dez/21	USD 17.500.000	Líbor (**)	3,42	Anual	Anual	Anual		

(*) primeira tranches liberada 29-mar-2016 no montante de R\$ 151.450

(**) Taxa Líbor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Líbor do contrato é de 6 meses.

Financiadores / Credores	Empresas pré-operacionais	Consolidado									
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Periodicidade da amortização	Principal		
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a.						
					Indexador	Juros (%)					
Moeda estrangeira - Peso colombiano											
Santander Brasil - Capital de trabalho	Transmissora Colombiana	mai/18	abr/21	US\$ 30.000	Líbor (**)	3,70 PTOS	Anual	Anual	Anual		
Itau Corpbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	jul/17	jul/20	COP 175.651	IBR(**)	4,44%	Mensal	Mensal	Mensal		
Itau Corpbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	jul/17	jul/20	COP 290.001	-	10,32	Mensal	Mensal	Mensal		
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 40.000.000	Líbor (**)	até 5 anos 3,90, após 5,70	Semestral	Semestral	Semestral		
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 10.000.000	-	até 5 anos 5,00, após 10,26	Semestral	Semestral	Semestral		
Deg Deutsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	USD 30.000.000	Líbor (**)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	Semestral	Semestral		

(*) Taxa Líbor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Líbor do contrato é de 3 meses.

(**) Taxa Líbor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Líbor do contrato é de 6 meses.

(***) Indicador Bancário de Referência - IBR. A taxa IBR do contrato é mensal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures

Financiadores / Credores	Empresas	Controladora/ Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2017
3ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-
4ª Emissão	Alupar	1.863	50.010	-	51.873	-	-	-	-
5ª Emissão	Alupar	2.279	21.172	(13)	23.438	-	359.929	(109)	359.820
6ª Emissão	Alupar	4.190	-	(1.230)	2.960	-	290.694	(2.871)	287.823
		8.332	71.182	(1.243)	78.271	-	650.623	(2.980)	647.643
Operacionais									
1º emissão	Windepar	5.479	695	(524)	5.650	-	68.839	(5.231)	63.608
3ª Emissão	EATE	258	83.052	(47)	83.263	-	20.844	(3)	20.841
4ª Emissão	EATE	1.125	37.412	(33)	38.504	-	65.470	(22)	65.448
5ª Emissão - Série I	EATE	606	-	(86)	520	-	126.000	(59)	125.941
5ª Emissão - Série II	EATE	267	-	(23)	244	-	54.000	(62)	53.938
6ª Emissão	EATE	1.402	12.727	(178)	13.951	-	57.272	(300)	56.972
3ª Emissão	ECTE	847	27.006	(179)	27.674	-	37.996	(65)	37.931
4ª Emissão	ECTE	64	-	(144)	(80)	-	75.000	(374)	74.626
2ª Emissão	ENTE	1.754	58.353	(50)	60.057	-	102.116	(34)	102.082
3ª Emissão - Série I	ENTE	135	-	(54)	81	-	28.000	(37)	27.963
3ª Emissão - Série II	ENTE	59	-	(15)	44	-	12.000	(40)	11.960
2ª Emissão	ETEP	488	16.235	(25)	16.698	-	28.411	(17)	28.394
3ª Emissão	Ferreira Gomes	721	2.894	(1.319)	2.296	-	286.552	(11.873)	274.679
1ª Emissão	STN	714	23.765	(116)	24.363	-	41.588	(68)	41.520
2ª Emissão	Transirapé	26	-	(50)	(24)	-	30.000	(187)	29.813
1ª Emissão	Transleste	390	12.941	(56)	13.275	-	22.819	(89)	22.730
2ª Emissão	Transleste	26	-	(51)	(25)	-	30.000	(193)	29.807
2ª Emissão	Transudeste	43	4.084	(75)	4.052	-	45.918	(270)	45.648
		14.404	279.164	(3.025)	290.543	-	1.132.825	(18.924)	1.113.901
Pré-operacionais									
1ª Emissão	Verde 8	3.381	100.000	(258)	103.123	-	-	-	-
1ª Emissão	ETAP	-	-	-	-	170	150.000	-	150.170
1ª Emissão	ETC	-	-	-	-	85	100.000	-	100.085
		3.381	100.000	(258)	103.123	255	250.000	-	250.255
		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
Total - Debêntures		26.117	450.346	(4.526)	471.937	255	2.033.448	(21.904)	2.011.799

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / Credores	Empresas	Controladora/ Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2018
4ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-
5ª Emissão	Alupar	2.239	22.032	(13)	24.258	-	352.509	(96)	352.413
6ª Emissão	Alupar	4.436	-	(1.231)	3.205	-	301.755	(1.641)	300.114
		6.675	22.032	(1.244)	27.463	-	654.264	(1.737)	652.527
Operacionais									
1º emissão	Windepar	188	1.445	(517)	1.116	-	70.067	(4.708)	65.359
3º Emissão	EATE	55	20.844	(3)	20.896	-	-	-	-
4º Emissão	EATE	640	37.412	(14)	38.038	-	28.058	(3)	28.055
5ª Emissão - Série I	EATE	562	126.000	(51)	126.511	-	-	-	-
5ª Emissão - Série II	EATE	247	-	(21)	226	-	54.000	(35)	53.965
6ª Emissão	EATE	46	15.272	(134)	15.184	-	42.000	(157)	41.843
7ª Emissão	EATE	69	18.546	(181)	18.434	-	64.908	(276)	64.632
3ª Emissão	ECTE	455	36.008	(55)	36.408	-	1.988	(1)	1.987
4ª Emissão	ECTE	60	-	(143)	(83)	-	75.000	(223)	74.777
2ª Emissão	ENTE	998	58.353	(22)	59.329	-	43.763	(5)	43.758
3ª Emissão - Série I	ENTE	125	28.000	(32)	28.093	-	-	-	-
3ª Emissão - Série II	ENTE	55	-	(14)	41	-	12.000	(22)	11.978
2ª Emissão	ETEP	278	16.235	(11)	16.502	-	12.176	(3)	12.173
3ª Emissão	ETEP	37	6.429	(108)	6.358	-	38.572	(169)	38.403
3ª Emissão	Ferreira Gomes	741	8.340	(1.319)	7.762	-	289.512	(10.554)	278.958
1º Emissão	STN	406	23.765	(68)	24.103	-	17.823	-	17.823
2ª Emissão	Transirapé	24	3.243	(50)	3.217	-	26.757	(137)	26.620
1º Emissão	Transleste	222	12.941	(56)	13.107	-	9.878	(33)	9.845
2º Emissão	Transleste	24	-	(51)	(27)	-	30.000	(141)	29.859
2ª Emissão	Transudeste	37	12.245	(73)	12.209	-	33.674	(198)	33.476
1º Emissão	EBTE	82	21.999	(226)	21.855	-	77.002	(346)	76.656
1º Emissão	ETES	30	8.000	(49)	7.981	-	28.000	(169)	27.831
1º Emissão	ETVG	28	7.600	(41)	7.587	-	26.600	(142)	26.458
		5.409	462.677	(3.239)	464.847	-	981.778	(17.322)	964.456
Pré-operacionais									
1º Emissão	Verde 8	-	-	-	-	-	-	-	-
2º Emissão	Verde 8	3.732	-	(470)	3.262	-	142.021	(2.626)	139.395
1º Emissão	ETAP	-	-	-	-	-	-	-	-
2º Emissão - Série I	ETAP	793	-	(247)	546	-	41.300	(916)	40.384
2º Emissão - Série II	ETAP	2.731	-	(490)	2.241	-	114.700	(2.799)	111.901
1º Emissão	ETC	-	-	-	-	-	-	-	-
2º Emissão - Série I	ETC	597	-	(182)	415	-	30.700	(675)	30.025
2º Emissão - Série II	ETC	2.031	-	(361)	1.670	-	85.300	(2.061)	83.239
1º Emissão	TCC	8.614	-	(4.955)	3.659	1.669	680.000	(18.580)	663.089
1º Emissão	TPE	13.554	-	(7.776)	5.778	2.626	1.070.000	(29.161)	1.043.465
2º Emissão	EDTE	243	-	(1.231)	(988)	-	315.000	(9.585)	305.415
		32.295	-	(15.712)	16.583	4.295	2.479.021	(66.403)	2.416.913
Total - Debêntures		44.379	484.709	(20.195)	508.893	4.295	4.115.063	(85.462)	4.033.896

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Controladora/ Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016
4ª Emissão	Alupar	9.163	99.990	(159)	108.994	-	50.010	-	50.010
5ª Emissão	Alupar	2.574	20.598	(13)	23.159	-	370.756	(122)	370.634
6ª Emissão	Alupar	4.155	-	(1.230)	2.925	-	282.646	(4.101)	278.545
		15.892	120.588	(1.402)	135.078	-	703.412	(4.223)	699.189
Operacionais									
1º emissão	Windepar	-	-	-	-	322	67.500	(1.006)	66.816
1ª Emissão	EATE	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EATE	1.677	60.000	(51)	61.626	-	-	(4)	(4)
3ª Emissão	EATE	932	83.052	(134)	83.850	-	103.896	(59)	103.837
4ª Emissão	EATE	3.022	37.412	(61)	40.373	-	102.882	(61)	102.821
5ª Emissão 1ª emissão	EATE	1.306	-	(101)	1.205	-	126.000	(151)	125.849
5ª Emissão 2ª emissão	EATE	574	-	(27)	547	-	54.000	(87)	53.913
2ª Emissão	ECTE	935	40.000	(25)	40.910	-	-	-	-
3ª Emissão	ECTE	1.488	-	(258)	1.230	-	65.002	(267)	64.735
1ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	4.713	58.353	(95)	62.971	-	160.470	(97)	160.373
3ª Emissão 1ª Série	ENTE	290	-	(64)	226	-	28.000	(96)	27.904
3ª Emissão 2ª Série	ENTE	128	-	(17)	111	-	12.000	(55)	11.945
1ª Emissão	ETEP	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ETEP	1.311	16.235	(48)	17.498	-	44.647	(49)	44.598
3ª Emissão	Ferreira Gomes	2.220	1.105	(1.319)	2.006	-	275.054	(13.192)	261.862
1ª Emissão	STN	1.970	23.765	(116)	25.619	-	65.352	(184)	65.168
1ª Emissão	Transirapé	291	15.938	(35)	16.194	-	-	-	-
1ª Emissão	Transleste	1.049	12.941	(56)	13.934	-	35.760	(145)	35.615
1ª Emissão	Transudeste	343	18.763	(39)	19.067	-	-	-	-
		22.249	367.564	(2.446)	387.367	322	1.140.563	(15.453)	1.125.432
2ª Emissão	EDV X	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - Debêntures		38.141	488.152	(3.848)	522.445	322	1.843.975	(19.676)	1.824.621

Características das debêntures

Financiadores / Credores	Empresas operacionais	Consolidado							
		Condições contratadas das debêntures							
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	Principal	Encargos
					Indexador	Juros (%)			
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral	
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral	
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral	
3ª Emissão	EATE	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral	
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	
5ª Emissão - Série I	EATE	set/16	set/19	126.000	CDI	113,00	Mensal	Mensal	
5ª Emissão - Série II	EATE	set/16	set/21	54.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	
6ª Emissão	EATE	set/17	set/22	70.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	
7ª Emissão	EATE	jun/18	jun/23	85.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral	
4ª Emissão	ECTE	set/17	set/22	75.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	
3ª Emissão - Série I	ENTE	set/16	set/19	28.000	CDI	113,00	Mensal	Mensal	
3ª Emissão - Série II	ENTE	set/16	set/21	12.000	CDI	116,00	Mensal	Mensal	
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	
3ª Emissão	ETEP	jun/18	jun/23	45.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral	
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	
2ª Emissão	Transirapé	set/17	set/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	CDI	109,75	Trimestral	Trimestral	
2ª Emissão	Transleste	set/17	jun/22	30.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	
2ª Emissão	Transudeste	set/17	set/22	50.000	CDI	107,75	Mensal	Mensal	
1ª Emissão	EBTE	jun/18	jun/23	110.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	
1ª Emissão	ETES	jun/18	jun/23	40.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	
1ª Emissão	ETVG	jun/18	jun/23	38.000	CDI	112,00	Mensal	Mensal	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / Credores	Empresas pré operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures					Taxa efetiva a.a.	Periodicidade da amortização
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Indexador	Juros (%)		
2ª Emissão	Verde 08	jul/18	jul/25	140.000	IPCA	5,96	Único no final	Semestral
2ª Emissão - Série I	ETAP	set/18	set/23	41.300	CDI	112,00	Único no final	Semestral
2ª Emissão - Série II	ETAP	set/18	set/25	114.700	IPCA	6,17	Anual	Semestral
2ª Emissão - Série I	ETC	set/18	set/23	30.700	CDI	113,50	Único no final	Semestral
2ª Emissão - Série II	ETC	set/18	set/25	85.300	IPCA	6,17	Anual	Semestral
1ª Emissão	TCC	set/18	set/28	680.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral
1ª Emissão	TPE	set/18	set/28	1.070.000	IPCA	6,53	Semestral	Semestral
2ª Emissão	EDTE	dez/18	dez/28	315.000	IPCA	NTN-B + 0,5%	Semestral	Semestral

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 10.1(f)(i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Empréstimos concedidos pela Companhia, seus acionistas ou afiliadas, a determinadas subsidiárias, podem encontram-se subordinados ao pagamento de determinadas dívidas das respectivas subsidiárias devedoras perante credores. Assim, em caso de evento de inadimplemento da subsidiária devedora perante certos credores, ficará a referida subsidiária impedida de efetuar qualquer pagamento a seus acionistas, seja no âmbito dos contratos de empréstimo acima referidos ou a qualquer outro título.

Além disso, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com preferências no pagamento sobre as dívidas quirografárias, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas possuem algumas cláusulas restritivas à Companhia comuns em dívidas dessa natureza, relacionadas, principalmente, (i) à mudança de controle societário; (ii) à transferência de ativos operacionais; (iii) ao não atendimento de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados, e.g. dívida líquida / (dividendos + JCP + EBITDA) ou dividendos distribuídos / lucro líquido; (iv) ao descumprimento de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures ou de determinadas obrigações pecuniárias exigidas no âmbito de outros instrumentos de endividamento envolvendo a Companhia e suas controladas, ou ainda no caso de aceleração de outras dívidas; e (v) ao pagamento de dividendo superiores ao mínimo obrigatório, caso a respectiva emissora tenha inadimplido quaisquer pagamentos no âmbito das debêntures. A Companhia acredita que todas essas cláusulas são consideradas padrão para este tipo de operação.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), e que são calculados anualmente, com exceção da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., que o cálculo é realizado trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia, em 31 de dezembro de 2018, possui os seguintes saldos dos seus contratos de financiamentos a serem liberados:

(em R\$ mil)

Empresa	Montante contratado	Liberações				Saldo a liberar em 31/12/2018
		29/03/2016	15/07/2016	15/08/2016	Total	
EDV I	57.990	38.900	16.785	-	55.685	2.305
EDV II	32.220	28.000	1.096	2.592	31.688	532
EDV III	49.007	30.000	17.132	1.023	48.155	852
EDV IV	81.041	55.550	24.056	-	79.606	1.435
EDV X	41.042	27.000	13.320	-	40.320	722
Total	261.300	179.450	72.389	3.615	255.454	5.846

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Demonstrações de Resultado Consolidadas (Em milhares de reais, exceto a rubrica "lucro líquido por ação")					
	31/12/2018	Análise Vertical %	31/12/2017	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Sistema de transmissão de energia	1.498.183	71,87%	1.107.940	72,81%	35,22%
Sistema de geração de energia	586.417	28,13%	591.108	27,19%	-0,79%
	2.084.600	100,00%	1.699.048	100,00%	22,69%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(201.691)	-9,68%	(160.857)	-8,88%	25,39%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.882.909	90,32%	1.538.191	91,12%	22,41%
CUSTO DO SERVIÇO					
Custo com energia elétrica					
Energia comprada para revenda	(90.649)	-4,35%	(112.426)	-3,34%	-19,37%
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(29.021)	-1,39%	(28.196)	-1,57%	2,93%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(10.646)	-0,51%	(8.400)	-0,51%	26,74%
	(130.316)	-6,25%	(149.022)	-5,42%	-12,55%
Custo de operação					
Custo dos serviços prestados	(160.498)	-7,70%	(124.438)	-7,30%	28,98%
Custo de infraestrutura	(226.808)	-10,88%	(40.142)	-2,33%	465,01%
Depreciação / amortização	(96.171)	-4,61%	(93.479)	-4,89%	2,88%
	(483.477)	-23,19%	(258.059)	-14,53%	87,35%
	(613.793)	-29,44%	(407.081)	-19,95%	50,78%
LUCRO BRUTO	1.269.116	60,88%	1.131.110	71,17%	12,20%
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	(116.143)	-5,57%	(94.208)	-4,59%	23,28%
Equivalência patrimonial	34.609	1,66%	23.377	1,77%	48,05%
Outras receitas	7.107	0,34%	11.004	4,90%	-35,41%
Outras despesas	(1.620)	-0,08%	(561)	-0,45%	188,77%
	(76.047)	-3,65%	(60.388)	1,63%	25,93%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.193.069	57,23%	1.070.722	72,80%	11,43%
Despesas financeiras	(364.475)	-17,48%	(423.736)	-30,10%	-13,99%
Receitas financeiras	97.628	4,68%	142.735	4,87%	-31,60%
	(266.847)	-12,80%	(281.001)	-25,23%	-5,04%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	926.222	44,43%	789.721	47,57%	17,28%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(89.475)	-4,29%	(103.612)	-4,79%	-13,64%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(85.957)	-4,12%	19.616	-2,33%	-538,20%
	(175.432)	-8,42%	(83.996)	-7,12%	108,86%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	750.790	36,02%	705.725	40,45%	6,39%
Atribuído a sócios da empresa controladora	386.749	18,55%	330.885	18,23%	16,88%
Atribuído a sócios não controladores	364.041	17,46%	374.840	22,22%	-2,88%
	750.790	36,02%	705.725	40,45%	6,39%

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta da Companhia passou de R\$ 1.699,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 2.084,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 22,69%. Essa variação ocorreu, especialmente pelas seguintes razões:

- *Sistema de Transmissão de Energia:* A receita bruta derivada do sistema de transmissão de energia da Companhia passou de R\$ 1.107,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1.498,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 35,22% decorrente principalmente da adoção do método de cálculo da remuneração de infraestrutura CP 47 e receita adicional de remuneração de infraestrutura no montante de R\$390,2 milhões; e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- *Sistema de Geração de Energia:* A receita bruta derivada do sistema de geração de energia da Companhia passou de R\$ 591,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 586,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 0,8%, em linha com a receita esperada para o ano de 2018.

Deduções

As deduções da receita operacional bruta da Companhia e de suas controladas são representadas pelos encargos setoriais: Reserva Global de Reversão (RGR), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e tributários (PIS, COFINS e ICMS).

As deduções da receita operacional bruta da Companhia e de suas controladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram de R\$ 201,7 milhões e R\$ 160,8 milhões, respectivamente. O aumento de 25,4% é simétrico ao aumento da receita dos sistemas de transmissão e de geração de energia entre os exercícios considerados.

Custo com energia elétrica

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos com energia elétrica alcançaram R\$ 130,3 milhões, 12,55% inferior aos R\$ 149,02 milhões apurados no mesmo período de 2017. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

- *Energia comprada para revenda:* A energia comprada para revenda passou de R\$112,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 90,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em decorrência das estratégias de comercialização do mercado de spot e sazonalização;
- *Encargos do Uso da Rede Elétrica – CUST:* Os encargos do uso da rede elétrica – CUST passaram de R\$ 28,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 29,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em decorrência da revisão tarifaria conforme resolução homologatória de tarifas da ANEEL; e
- *Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:* A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos passou de R\$8,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$10,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em decorrência da revisão tarifaria conforme resolução homologatória de tarifas da ANEEL.

Custo de operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o custo de operação foi de R\$ 483,5 milhões, 14,53% superior aos R\$ 258,0 milhões apurados no exercício social encerrado em 2017. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

- *Custos dos serviços prestados:* No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 160,5 milhões, em linha aos R\$ 124,5 milhões apurados em 2017;
- *Custo de infraestrutura:* O custo de infraestrutura totalizou R\$ 226,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, frente aos R\$ 39,8 milhões no mesmo período em 2017. Esse aumento reflete o avanço de construção dos projetos ETAP, ETC, TPE, TCC e EDTE; e
- *Depreciação e amortização:* a depreciação e amortização atingiu R\$96,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2,88% superior aos R\$ 93,5 milhões em 2017. Essa variação é

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

decorrente principalmente do início das operações e, portanto, da depreciação dos ativos da PCH Morro Azul da SPE Risaralda e dos parques eólicos que tiveram um ano inteiro de depreciação no ano de 2018 comparado a parcial em 2017.

Lucro Bruto

A margem bruta da Companhia foi de 60,9% em 2018, contra 71,2% em 2017. Neste sentido, o lucro bruto da Companhia passou de R\$1.131,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$1.269,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Despesas e receitas operacionais

O saldo de despesas e receitas operacionais da Companhia passou de R\$ 60,4 milhões positivos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 76,0 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em decorrência de:

- *Despesas administrativas e gerais:* As despesas administrativas e gerais passaram de R\$ 94,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 116,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, parte dessa variação ocorreu por baixa de projetos descontinuados da área de DNN;
- *Equivalentcia patrimonial:* Equivalentcia patrimonial passou de R\$23,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$34,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e
- *Outras receitas:* Outras receitas passaram de R\$11,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$7,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deu-se em decorrência principalmente da apuração de ganho do valor recuperável na compra de participação da controlada Foz do Rio Claro S.A.

Lucro antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes do resultado financeiro passou de R\$1.070,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1.193,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia passou de uma despesa financeira de R\$ 281,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para uma despesa financeira de R\$ 266,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, sendo essa variação uma decorrência dos seguintes fatores:

- *Despesas financeiras:* Despesas financeiras passaram de R\$ 423,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 364,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido às taxas de juros dos financiamentos; e
- *Receitas financeiras:* Receitas financeiras passaram de R\$ 142,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 97,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, essa variação é decorrente da relação entre os dos saldos em caixa aplicados da controladora e controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro antes dos tributos

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes dos tributos passou de R\$ 789,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 926,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social correntes passou de R\$ 103,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 89,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é decorrente da opção de tributação das empresas coligadas da Companhia e da variação da base de cálculo de impostos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$19,6 milhões positivos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 85,9 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é decorrente dos efeitos da aplicação do CPC 47 sobre a margem de receita adicional no segmento de transmissão, que ocasionou a provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos, no ano de 2017, devido à extensão do benefício fiscal de sua transmissora ENTE e apresentou uma redução de R\$28,8 milhões em função da obtenção do benefício fiscal da SUDAM em dezembro de 2016, com efeitos no ano de 2017.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido da Companhia passou de R\$ 330,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 386,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Demonstrações de Resultado Consolidadas (Em milhares de reais, exceto a rubrica "lucro líquido por ação")				
	31/12/2017	Análise Vertical %	31/12/2016	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Sistema de transmissão de energia	1.107.940	65,21%	1.241.664	72,81%	-10,77%
Sistema de geração de energia	591.108	34,79%	463.626	27,19%	27,50%
	1.699.048	100,00%	1.705.290	100,00%	-0,37%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(160.857)	-9,47%	(151.479)	-8,88%	6,19%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.538.191	90,53%	1.553.811	91,12%	-1,01%
CUSTO DO SERVIÇO					
Custo com energia elétrica					
Energia comprada para revenda	(112.426)	-6,62%	(57.038)	-3,34%	97,11%
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(28.196)	-1,66%	(26.725)	-1,57%	5,50%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.400)	-0,49%	(8.729)	-0,51%	-3,77%
	(149.022)	-8,77%	(92.492)	-5,42%	61,12%
Custo de operação					
Custo dos serviços prestados	(124.438)	-7,32%	(124.496)	-7,30%	-0,05%
Custo de infraestrutura	(40.142)	-2,36%	(39.815)	-2,33%	0,82%
Depreciação / amortização	(93.479)	-5,50%	(83.398)	-4,89%	12,09%
	(258.059)	-15,19%	(247.709)	-14,53%	4,18%
	(407.081)	-23,96%	(340.201)	-19,95%	19,66%
LUCRO BRUTO	1.131.110	66,57%	1.213.610	71,17%	-6,80%
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	(94.208)	-5,54%	(78.256)	-4,59%	20,38%
Equivalência patrimonial	23.377	1,38%	30.199	1,77%	-22,59%
Outras receitas	11.004	0,65%	83.489	4,90%	-86,82%
Outras despesas	(561)	-0,03%	(7.594)	-0,45%	-92,61%
	(60.388)	-3,55%	27.838	1,63%	-316,93%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.070.722	63,02%	1.241.448	72,80%	-13,75%
Despesas financeiras	(423.736)	-24,94%	(513.233)	-30,10%	-17,44%
Receitas financeiras	142.735	8,40%	82.978	4,87%	72,02%
	(281.001)	-16,54%	(430.255)	-25,23%	-34,69%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	789.721	46,48%	811.193	47,57%	-2,65%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(103.612)	-6,10%	(81.691)	-4,79%	26,83%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.616	1,15%	(39.777)	-2,33%	-149,31%
	(83.996)	-4,94%	(121.468)	-7,12%	-30,85%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	705.725	41,54%	689.725	40,45%	2,32%
Atribuído a sócios da empresa controladora	330.885	19,47%	310.812	18,23%	6,46%
Atribuído a sócios não controladores	374.840	22,06%	378.913	22,22%	-1,07%
	705.725	41,54%	689.725	40,45%	2,32%

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta da Companhia passou de R\$ 1.705,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.699,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 0,37%. Essa variação ocorreu, especialmente pelas seguintes razões:

- *Sistema de Transmissão de Energia:* A receita bruta derivada do sistema de transmissão de energia da Companhia passou de R\$ 1.241,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.107,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 10,77% decorrente principalmente da redução da receita da remuneração do ativo financeiro das concessões da EATE, ETEP, ENTE, ECTE e STN no montante R\$ 132,7 milhões; e
- *Sistema de Geração de Energia:* A receita bruta derivada do sistema de geração de energia da Companhia passou de R\$ 463,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 591,1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 27,5%, em decorrência principalmente do aumento da liquidação do mercado spot, que passou de R\$ 13,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 97,5 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Deduções

As deduções da receita operacional bruta da Companhia e de suas controladas são representadas pelos encargos setoriais: Reserva Global de Reversão (RGR), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e tributários (PIS, COFINS e ICMS).

As deduções da receita operacional bruta da Companhia e de suas controladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$ 160,8 milhões e R\$ 151,5 milhões, respectivamente. O aumento de 6,1% é simétrico ao aumento da receita dos sistemas de transmissão e de geração de energia entre os exercícios considerados.

Custo com energia elétrica

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos com energia elétrica alcançaram R\$ 149,02 milhões, 61,1% superior aos R\$ 92,5 milhões apurados no mesmo período de 2016. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

- *Energia comprada para revenda:* A energia comprada para revenda passou de R\$57,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 112,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência das estratégias de comercialização do mercado de spot e sazonalização;
- *Encargos do Uso da Rede Elétrica – CUST:* Os encargos do uso da rede elétrica – CUST passaram de R\$ 26,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 28,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da revisão tarifária conforme resolução homologatória de tarifas da ANEEL; e
- *Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:* A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos passou de R\$8,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 8,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da revisão tarifária conforme resolução homologatória de tarifas da ANEEL.

Custo de operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o custo de operação foi de R\$ 258,0 milhões, 4,2% superior aos R\$ 247,7 milhões apurados no exercício social encerrado em 2016. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

- *Custos dos serviços prestados:* No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos dos serviços prestados alcançaram R\$ 124,4 milhões, em linha aos R\$ 124,5 milhões apurados em 2016;
- *Custo de infraestrutura:* O custo de infraestrutura alcançou R\$40,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em linha aos R\$ 39,8 milhões no mesmo período em 2016; e
- *Depreciação e amortização:* a depreciação e amortização atingiu R\$93,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 12,1% superior aos R\$ 83,4 milhões em 2016. Essa variação é decorrente principalmente do início das operações e, portanto, da depreciação dos ativos da PCH Morro Azul da SPE Risaralda e da PCH de La Virgen.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Bruto

A margem bruta da Companhia foi de 71,2% em 2017, contra 71,2% em 2016. Neste sentido, a principal variação foi a redução da receita da remuneração do ativo financeiro da concessão no montante R\$ 132,7 milhões conforme detalhado acima, e o lucro bruto passou de R\$1.213,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.131,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Despesas e receitas operacionais

O saldo de despesas e receitas operacionais da Companhia passou de R\$ 27,8 milhões positivos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 60,4 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em decorrência de:

- *Despesas administrativas e gerais:* As despesas administrativas e gerais passaram de R\$ 78,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 94,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é decorrente de reajustes de alguns contratos de prestação de serviços e de uma reversão no valor de R\$ 9 milhões no ano de 2016 de La Virgen;
- *Equivalentcia patrimonial:* Equivalentcia patrimonial passou de R\$30,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$23,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e
- *Outras receitas:* Outras receitas passaram de R\$83,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$11,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deu-se em decorrência principalmente do ganho com venda da investida Transchile no Chile, no valor de R\$ 76,2 milhões, do ganho com a venda do projeto de Forquilha IV em desenvolvimento na Alupar, no valor de R\$ 4,0 milhões, e das demais receitas não recorrentes, não sendo comparativo com as outras receitas ocorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Lucro antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes do resultado financeiro passou de R\$1.241,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.070,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia passou de uma despesa financeira de R\$ 430,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para uma despesa financeira de R\$ 281,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, sendo essa variação uma decorrência dos seguintes fatores:

- *Despesas financeiras:* Despesas financeiras passaram de R\$513,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$423,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido às taxas de juros dos financiamentos; e
- *Receitas financeiras:* Receitas financeiras passaram de R\$82,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 142,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, essa variação é decorrente dos saldos em caixa aplicados da controladora.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro antes dos tributos

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes dos tributos passou de R\$ 811,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 789,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social correntes passou de R\$ 81,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 103,6 milhões no exercício encerrado social em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é decorrente da opção de tributação das empresas coligadas da Companhia e da variação da base de cálculo de impostos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$39,8 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 19,6 milhões positivos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é decorrente da redução de R\$28,8 milhões na transmissora ENTE em função da obtenção do benefício fiscal da SUDAM em dez/2016, com efeitos no ano de 2017.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido da Companhia passou de R\$ 310,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 330,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Consolidado				
	31/12/2018	Análise Vertical %	31/12/2017	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.986.366	34,1%	3.597.227	25,2%	38,6%
Investimentos de curto prazo	2.975.423	20,4%	1.580.070	6,0%	88,3%
Títulos e valores mobiliários	513.756	3,5%	365.765	2,1%	40,5%
Contas a receber de clientes	105.979	0,7%	124.002	1,0%	-14,5%
Dividendos a receber - partes relacionadas	324.347	2,2%	234.647	2,0%	38,2%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	17.387	0,1%	16.878	0,1%	3,0%
Outros tributos compensáveis	61.770	0,4%	61.569	0,5%	0,3%
Adiantamento a fornecedores	16.887	0,1%	2.449	0,0%	589,5%
Estoques	9.733	0,1%	19.445	0,1%	-49,9%
Despesas pagas antecipadamente	1.144	0,0%	662	0,0%	72,8%
Ativo financeiro da concessão	7.030	0,0%	6.956	0,1%	1,1%
Ativo da concessão	-	0,0%	1.105.358	12,1%	-100,0%
Outros ativos	906.633	6,2%	-	-	0,0%
ATIVO TOTAL	14.606.580	100,0%	11.463.372	100,0%	27,4%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	9.620.214	65,9%	7.866.145	74,8%	22,3%
Títulos e valores mobiliários	12.130	0,1%	12.092	0,1%	0,3%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	4.992	0,0%	4.703	0,0%	6,1%
Outros tributos compensáveis	29.398	0,2%	31.187	0,4%	-5,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.774	0,0%	2.774	0,1%	0,0%
Adiantamento a fornecedores	10.063	0,1%	13.443	0,1%	-25,1%
Estoques	1.012	0,0%	868	0,0%	16,6%
Caucões e depósitos judiciais	25.213	0,2%	26.081	0,3%	-3,3%
Ativo financeiro da concessão	23.933	0,2%	14.988	0,1%	59,7%
Ativo da concessão	-	0,0%	3.218.152	31,4%	-100,0%
Outros ativos	4.624.825	31,7%	-	-	0,0%
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	26.366	0,2%	28.421	0,3%	-7,2%
Propriedades para investimento	419.989	2,9%	331.674	3,2%	26,6%
Imobilizado	7.826	0,1%	7.786	0,1%	0,5%
Intangível	4.283.482	29,3%	4.025.510	37,2%	6,4%
	148.211	1,0%	148.466	1,4%	-0,2%
ATIVO TOTAL	14.606.580	100,0%	11.463.372	100,0%	27,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2018	Análise Vertical %	31/12/2017	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.528.902	10,5%	1.705.261	14,9%	-10,3%
Debêntures	197.184	1,3%	619.446	5,4%	-68,2%
Fornecedores	508.893	3,5%	471.937	4,1%	7,8%
Salários, férias e encargos sociais	293.192	2,0%	141.599	1,2%	107,1%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20.633	0,1%	19.763	0,2%	4,4%
Outros tributos a pagar	52.372	0,4%	71.206	0,6%	-26,5%
Provisões de constituição dos ativos	44.552	0,3%	35.788	0,3%	24,5%
Dividendos a pagar - partes relacionadas	79.341	0,5%	38.877	0,3%	104,1%
Provisão para gastos ambientais	158.192	1,1%	213.404	1,9%	-25,9%
Taxas regulamentares e setoriais	23.400	0,2%	15.228	0,1%	53,7%
Provisões para contingências	85.107	0,6%	58.776	0,5%	44,8%
Adiantamentos de clientes	1.071	0,0%	77	0,0%	1290,9%
Outras obrigações	1.110	0,0%	-	0,0%	0,0%
	63.855	0,4%	19.160	0,2%	233,3%
NÃO CIRCULANTE	6.815.969	46,7%	4.151.314	36,2%	64,2%
Empréstimos e financiamentos	1.663.297	11,4%	1.659.989	14,5%	0,2%
Debêntures	4.033.896	27,6%	2.011.799	17,5%	100,5%
Outros tributos a pagar	-	0,0%	649	0,0%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social	1.485	0,0%	1.483	0,0%	0,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	684.758	4,7%	435.151	3,8%	57,4%
Taxas regulamentares e setoriais diferidos	137.327	0,9%	-	0,0%	0,0%
Provisões para contingências	10.057	0,1%	7.531	0,1%	33,5%
Provisão para gastos ambientais	734	0,0%	734	0,0%	0,0%
Provisões de constituição dos ativos	6.678	0,0%	6.677	0,1%	0,0%
Outras obrigações	277.737	1,9%	27.301	0,2%	917,3%
Provisão para passivo a descoberto	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.328.048	29,6%	3.883.930	33,9%	11,4%
Capital social subscrito e integralizado	2.981.996	20,4%	2.981.996	26,0%	0,0%
(-) Gastos com emissão de ações	(65.225)	-0,4%	(65.225)	-0,6%	0,0%
Reserva de capital	43.695	0,3%	48.953	0,4%	-10,7%
Reservas de lucros	1.343.354	9,2%	907.750	7,9%	48,0%
Outros resultados abrangentes	24.228	0,2%	10.456	0,1%	131,7%
Participação de acionistas não controladores	1.933.661	13,2%	1.722.867	15,0%	12,2%
Patrimônio líquido total	6.261.709	42,9%	5.606.797	48,9%	11,7%
PASSIVO TOTAL	14.606.580	100,0%	11.463.372	100,0%	27,4%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 1.580,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 2.975,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 88,3%. Essa variação ocorreu especialmente, pelo aumento do caixa através de captação de debêntures para os projetos que estão em fase de construção, no montante de R\$ 2.974,6 milhões.

Investimento de curto prazo

O saldo de investimento de curto prazo passou de R\$ 365,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 513,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se à aplicação dos recursos das atividades de financiamento excedentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)

O saldo dos títulos e valores mobiliários passou de R\$ 128,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 111,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 13,8%. A movimentação do saldo dessa rubrica entre os períodos compreendidos decorreu principalmente da captação e liquidação de empréstimos que exigem as aplicações financeiras como garantia.

Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)

O saldo das contas a receber de clientes passou de R\$ 246,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 336,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 36,4%. Essa variação está em linha com o fluxo de recebimento de clientes de curto prazo.

Ativo financeiro/contratual da concessão (circulante e não circulante)

O saldo do ativo financeiro/contratual da concessão foi transferido para rubrica ativo contratual da concessão, devido a adoção do CPC 47, que basicamente altera a forma de cálculo do ativo da concessão, agregando margem à fase de infraestrutura do projeto. Essa rubrica passou de R\$ 4.323,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 5.531,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Adiantamento a fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo do adiantamento a fornecedores passou de R\$ 20,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 10,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de 47,3%. Essa variação ocorreu principalmente em decorrência da conclusão das obras da Verde 08, que possuía saldo de adiantamento a fornecedores.

Imobilizado

O saldo do imobilizado passou de R\$ 4.025,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 4.283,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação positiva de 6,4% é explicada pelos projetos da Verde 08, subestação das EDV's, TCE e La Virgin que estão em fase de construção e foram concluídos em 2018.

Intangível

O saldo do intangível passou de R\$ 148,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 148,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação negativa de 0,2%, variando, basicamente, com os valores de amortização.

Passivo

Fornecedores (Circulante e não circulante)

O saldo dos fornecedores passou de R\$ 141,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 293,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento do saldo de 107,1% é explicado principalmente pela fase de construção que se encontram os projetos da ETAP, ETC, TPE, TCC e EDTE do segmento de transmissão.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo dos empréstimos e financiamentos passou de R\$ 2.279,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1.860,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. A redução de 18,4% é explicada pela amortização da dívida de curto prazo de La Virgin que foi quitada em janeiro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo das debêntures passou de R\$ 2.483,7 milhões, em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 4.542,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018. O aumento do saldo na ordem de 82,9% é explicada principalmente pelo ingresso de novas dívidas referente aos projetos em fase de construção das empresas pré operacionais Verde 08, ETAP, ETC, TCC, TPE e EDTE.no montante de R\$ 2.477,0 e quitação, captação e amortização de debêntures de R\$ 417,9 milhões.

Dividendos a pagar

O saldo dos dividendos a pagar passou de R\$ 213,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 158,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 25,9%. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão do pagamento dos dividendos do ano de 2017 e antecipação de R\$52,7 milhões do lucro do ano de 2018.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo dos tributos e contribuições sociais diferidos passou de R\$ 435,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 684,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 57,4%. Esse aumento reflete a adoção do CPC 47 e seus efeitos nas contas de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na receita registrada.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo do patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores passou de R\$ 5.606,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 6.261,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 11,7%. Essa variação ocorreu, especialmente, devido ao aumento da conta reserva de lucros (investimento) em R\$ 435,6 milhões (sendo que R\$309,43 devido aos efeitos da adoção do CPC 47), aumento dos resultados abrangentes no monetante de R\$ 13,7 milhões referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Alupar Peru e Risaralda e resultado do exercício de 2018 e aumento do valor atribuído aos acionistas não controladores da Companhia no montante de R\$ 210,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Consolidado				
	31/12/2017	Análise Vertical %	31/12/2016	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.597.227	31,4%	2.577.166	25,2%	39,6%
Investimentos de curto prazo	1.580.070	13,8%	613.734	6,0%	157,5%
Títulos e valores mobiliários	365.765	3,2%	215.439	2,1%	69,8%
Contas a receber de clientes	124.002	1,1%	100.805	1,0%	23,0%
Dividendos a receber - partes relacionadas	234.647	2,0%	207.017	2,0%	13,3%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	16.878	0,1%	7.335	0,1%	130,1%
Outros tributos compensáveis	61.569	0,5%	49.656	0,5%	24,0%
Adiantamento a fornecedores	2.449	0,0%	3.802	0,0%	-35,6%
Estoques	19.445	0,2%	9.583	0,1%	102,9%
Despesas pagas antecipadamente	662	0,0%	588	0,0%	12,6%
Ativo financeiro da concessão	6.956	0,1%	8.723	0,1%	-20,3%
Outros ativos	1.105.358	9,6%	1.237.557	12,1%	-10,7%
	79.426	0,7%	122.927	1,2%	-35,4%
NÃO CIRCULANTE	7.866.145	68,6%	7.652.835	74,8%	2,8%
Contas a receber de clientes	12.092	0,1%	10.439	0,1%	15,8%
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Títulos e valores mobiliários	4.703	0,0%	4.295	0,0%	9,5%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	31.187	0,3%	36.506	0,4%	-14,6%
Outros tributos compensáveis	2.774	0,0%	7.566	0,1%	-63,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.443	0,1%	15.299	0,1%	-12,1%
Adiantamento a fornecedores	868	0,0%	2.394	0,0%	-63,7%
Estoques	26.081	0,2%	26.113	0,3%	-0,1%
Caucões e depósitos judiciais	14.988	0,1%	13.257	0,1%	13,1%
Ativo financeiro da concessão	3.218.152	28,1%	3.214.062	31,4%	0,1%
Outros ativos	28.421	0,2%	33.542	0,3%	-15,3%
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	331.674	2,9%	325.502	3,2%	1,9%
Propriedades para investimento	7.786	0,1%	7.786	0,1%	0,0%
Imobilizado	4.025.510	35,1%	3.810.323	37,2%	5,6%
Intangível	148.466	1,3%	145.751	1,4%	1,9%
ATIVO TOTAL	11.463.372	100,0%	10.230.001	100,0%	12,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2017	Análise Vertical %	31/12/2016	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.705.261	14,9%	1.777.465	17,4%	-4,1%
Debêntures	619.446	5,4%	662.439	6,5%	-6,5%
Fornecedores	471.937	4,1%	522.445	5,1%	-9,7%
Salários, férias e encargos sociais	141.599	1,2%	166.502	1,6%	-15,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.763	0,2%	12.716	0,1%	55,4%
Outros tributos a pagar	71.206	0,6%	44.561	0,4%	59,8%
Provisões de constituição dos ativos	35.788	0,3%	53.682	0,5%	-33,3%
Dividendos a pagar - partes relacionadas	38.877	0,3%	42.979	0,4%	-9,5%
Provisão para gastos ambientais	213.404	1,9%	180.680	1,8%	18,1%
Taxas regulamentares e setoriais	15.228	0,1%	21.789	0,2%	-30,1%
Provisões para contingências	58.776	0,5%	52.576	0,5%	11,8%
Outras obrigações	77	0,0%	277	0,0%	-72,2%
	19.160	0,2%	16.819	0,2%	13,9%
NÃO CIRCULANTE	4.151.314	36,2%	3.894.725	38,1%	6,6%
Empréstimos e financiamentos	1.659.989	14,5%	1.558.146	15,2%	6,5%
Debêntures	2.011.799	17,5%	1.824.621	17,8%	10,3%
Fornecedores	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	-	0,0%	125	0,0%	-100,0%
Outros tributos a pagar	649	0,0%	8	0,0%	8012,5%
Imposto de renda e contribuição social	1.483	0,0%	1.485	0,0%	-0,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	435.151	3,8%	468.660	4,6%	-7,1%
Provisões para contingências	7.531	0,1%	6.490	0,1%	16,0%
Provisão para gastos ambientais	734	0,0%	904	0,0%	-18,8%
Provisões de constituição dos ativos	6.677	0,1%	8.107	0,1%	-17,6%
Outras obrigações	27.301	0,2%	26.179	0,3%	4,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.883.930	33,9%	2.899.182	28,3%	34,0%
Capital social subscrito e integralizado	2.981.996	26,0%	2.148.533	21,0%	38,8%
(-) Gastos com emissão de ações	(65.225)	-0,6%	(34.569)	-0,3%	88,7%
Reserva de capital	48.953	0,4%	51.509	0,5%	-5,0%
Reservas de lucros	907.750	7,9%	735.104	7,2%	23,5%
Dividendo adicional proposto	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros resultados abrangentes	10.456	0,1%	(1.395)	0,0%	-849,5%
Participação de acionistas não controladores	1.722.867	15,0%	1.658.629	16,2%	3,9%
Patrimônio líquido total	5.606.797	48,9%	4.557.811	44,6%	23,0%
PASSIVO TOTAL	11.463.372	100,0%	10.230.001	100,0%	12,1%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 613,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.580,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 157,5%. Essa variação ocorreu especialmente, pelo aumento do caixa através de emissão de ações no montante de R\$ 833,5 milhões.

Investimento de curto prazo

O saldo de investimento de curto prazo passou de R\$ 215,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 365,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se à aplicação dos recursos das atividades de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)

O saldo dos títulos e valores mobiliários passou de R\$ 105,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 128,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 22,5%. A movimentação do saldo dessa rubrica entre os períodos compreendidos decorreu principalmente da captação de empréstimos que exigem as aplicações financeiras como garantia.

Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)

O saldo das contas a receber de clientes passou de R\$ 217,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 246,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 13,5%. Essa variação está em linha com o fluxo de recebimento de clientes de curto prazo.

Adiantamento a fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo do adiantamento a fornecedores passou de R\$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 20,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação de 69,6%. Essa variação ocorreu principalmente em decorrência das obras da Verde 08, que possuía saldo de adiantamento a fornecedores.

Imobilizado

O saldo do imobilizado passou de R\$ 3.810,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 4.025,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação positiva de 5,6% é explicada pelos projetos da ETAP, ETC e Verde 08 que estão em fase de construção.

Intangível

O saldo do intangível passou de R\$ 145,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 148,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação de 1,9%. Essa variação ocorreu, especialmente pelos projetos da ETAP, ETC e Verde 08 que estão em fase de construção.

Passivo

Fornecedores (Circulante e não circulante)

O saldo dos fornecedores passou de R\$ 166,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 141,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução do saldo de 15,0% é explicada principalmente pela entrada em operação dos projetos de reforços das controladas de transmissão e conclusão dos Parques Eólicos das empresas Energia dos Ventos no ano de 2016.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo dos empréstimos e financiamentos passou de R\$ 2.220,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2.279,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento de 2,6% é explicado pelo ingresso de novas dívidas, provisão de encargos e variações e pagamentos de principal e juros, nos montantes, respectivamente, de R\$ 374,6 milhões, R\$ 132,4 milhões e R\$ 448,1 milhões.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo das debêntures passou de R\$ 2.347,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2.483,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução do saldo na ordem de 5,82% é explicada principalmente pelo ingresso de novas dívidas, provisão de encargos e variação monetária e amortização de principal e encargos, nos montantes, respectivamente, de R\$ 597,7 milhões, de R\$ 235,6 milhões e R\$ 696,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos e contribuições sociais a recolher (circulante e não circulante)

O saldo dos tributos e contribuições sociais a recolher passou de R\$ 98,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 76,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação negativa de 22,4% é decorrente principalmente do resultado tributável das companhias.

Dividendos a pagar

O saldo dos dividendos a pagar passou de R\$ 180,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 213,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 18,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão do resultado do lucro líquido auferido pela Companhia referente ao exercício de 2017.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo dos tributos e contribuições sociais diferidos passou de R\$ 468,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 435,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 7,1%. Essa redução do saldo é decorrente da alteração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social, e dos incentivos fiscais da Sudam para a transmissora ENTE.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo do patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores passou de R\$ 4.557,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 5.606,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 23,0%. Essa variação ocorreu, especialmente, por aumentos de capital social no montante de R\$ 833,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Demonstração do fluxo de caixa consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	Variação
			Análise Horizontal %
Lucro antes do IR/CS	926.222	789.721	136.501 17,28%
Itens que não afetam as disponibilidades	440.507	381.466	59.041 15,48%
Aumento/redução nas contas do ativo e do passivo	(594.654)	6.945	(601.599) -8662,33%
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(90.817)	(72.815)	(18.002) 24,72%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	681.258	1.105.317	(424.059) -38,37%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(345.301)	(335.217)	(10.084) 3,01%
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	1.031.598	195.081	836.517 428,80%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	27.798	1.155	26.643 2306,75%
Caixa e equivalentes de caixa	1.395.353	966.336	429.017 44,40%
			0,00%
No início do exercício	1.580.070	613.734	966.336 157,45%
No fim do exercício	2.975.423	1.580.070	1.395.353 88,31%
Saldo no final do período	1.395.353	966.336	429.017 44,40%

A variação no caixa líquido entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de R\$ 429,0 milhões, representando uma variação positiva de 44,4%. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes motivos:

Caixa gerado pelas atividades operacionais

Caixa gerado de R\$681,3 milhões, representando uma variação negativa de R\$424,1 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 1.105,3 milhões.

A variação negativa se deve em função do aumento do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores, ajustado dos itens que não afetam as disponibilidades de caixa, no montante de R\$ 1.366,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018, frente ao montante R\$ 1.171,2 milhões de 31 de dezembro de 2017.

Houve ainda o aumento das variações das contas no passivo e no ativo principalmente pelo maior fluxo de pagamentos de fornecedores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido à conclusão dos projetos eólica e Verde 08 e ativo contratual em decorrência dos efeitos do ajustes do CPC 47, representando uma variação de R\$ 601,6 milhões quando comparado ao valor de R\$ 594,6 milhões negativos gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, frente R\$ 7,0 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Ainda, registrou-se um aumento no valor de R\$18,0 milhões no volume de pagamento de imposto de renda e contribuição social recolhido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$90,8 milhões, frente aos R\$72,8 milhões recolhidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Caixa aplicado pelas atividades de investimentos

Caixa aplicado de R\$ 345,3 milhões representando uma variação de 2,9% quando comparado aos R\$ 335,2 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A variação positiva se deve em função do fluxo de pagamento dos projetos em fase de construção.

Caixa aplicado pelas atividades de financiamento

Caixa proveniente de R\$ 1.031,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação de R\$ 836,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A variação se deve em função, principalmente, do maior fluxo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, que, em 31 de dezembro de 2018, representou R\$ 2.974,6 milhões, comparado com R\$972,5 milhões, em 31 de dezembro de 2017, variação de R\$ 2.002,1 milhões; pagamentos de empréstimos e debêntures principal e juros no montante de R\$ 1.819,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 frente R\$1.144,8 milhões em 31 de dezembro de 2017; emissão de ações no montante de R\$ 833,5 milhões em 31 de dezembro de 2017; e aplicação de dividendos, reservas e outros no montante de R\$ 123,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 frente R\$ 465,9 milhões em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Demonstração do fluxo de caixa consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	Variação	Análise Horizontal %
Lucro antes do IR/CS	789.721	811.193	(21.472)	-2,6%
Itens que não afetam as disponibilidades	381.466	560.297	(178.831)	-31,9%
Aumento/redução nas contas do ativo e do passivo	(65.870)	(236.048)	170.178	-72,1%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.105.317	1.135.442	(30.125)	-2,7%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(335.217)	(440.319)	105.102	-23,9%
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	195.081	(668.503)	863.584	-129,2%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	1.155	(4.743)	5.898	-124,4%
Caixa e equivalentes de caixa	966.336	21.877	944.459	4317,1%
No início do exercício	613.734	591.857	21.877	3,7%
No fim do exercício	1.580.070	613.734	966.336	157,5%
Saldo no final do período	966.336	21.877	944.459	4317,1%

A variação no caixa líquido entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 966,3 milhões, representando uma variação positiva de R\$ 944,5 milhões. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes motivos:

Caixa gerado pelas atividades operacionais

Caixa gerado de R\$1.105,3 milhões, representando uma variação negativa de R\$30,1 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A variação negativa se deve em função do aumento do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores, ajustado dos itens que não afetam o caixa, no montante de R\$1.171,2 milhões, em 31 de dezembro de 2017, frente ao montante R\$ 1.371,5 milhões de 31 de dezembro de 2016.

Houve ainda o aumento das variações das contas no passivo e no ativo principalmente pelo maior fluxo de pagamentos de fornecedores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido à conclusão dos Parques Eólicos, representando uma variação de R\$ 7,0 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, frente R\$ 147,8 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Ainda, registrou-se a redução no valor de R\$15,4 milhões no volume de pagamento de imposto de renda e contribuição social recolhido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$72,8 milhões, frente aos R\$88,2 milhões recolhidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Caixa aplicado pelas atividades de investimentos

Caixa aplicado de R\$ 335,2 milhões representando uma variação de 23,9% negativo comparado aos R\$ 440,3 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A variação negativa se deve em função do aumento do volume de aplicação de investimentos de curto prazo no montante de R\$ 89,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, frente ao volume de aplicação de investimentos de curto prazo no montante de R\$150,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, totalizando uma variação de R\$60,6 milhões aplicada.

Houve, ainda, uma redução no volume das aquisições de ativo imobilizado de R\$ 83,0 milhões, quando comparado ao volume das aquisições de ativo imobilizado de R\$ 235,3 milhões no exercício social encerrado em 2017, frente a R\$ 318,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Registrhou-se, também, um aumento de R\$ 87,7 milhões no caixa gerado na venda de investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da venda da Transchile.

Caixa aplicado pelas atividades de financiamento

Caixa proveniente de R\$ 195,1 milhões representando uma variação de R\$ 863,6 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A variação se deve em função, principalmente, do menor fluxo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, que, em 31 de dezembro de 2017, representou R\$ 972,3 milhões, comparado com R\$799,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, variação de R\$ 172,6 milhões;

Houve, ainda, a emissão de novas ações no montante de R\$ 833,5 milhões, em 31 de dezembro de 2017, comparado ao aumento de capital no montante de R\$350,0 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando variação positiva R\$ 483,5 milhões.

Registra-se ainda, a variação de pagamentos e juros de no valor R\$1.144,8 milhões, em 31 de dezembro de 2017, frente a R\$ 1.329,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma variação de R\$ 184,3 milhões. Por fim, registrou-se o pagamento de dividendos, no montante de R\$435,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, frente R\$489,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma variação de R\$53,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultado das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Diretoria acredita que os principais fatores que impactaram o desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 são os descritos abaixo.

No segmento de transmissão verificou-se:

- Em 2018, (a) reajuste da Receita Anual Permitida (“RAP”) (4,27% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M e 2,85% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPCA); (b) disponibilidade das linhas de transmissão e subestações Parcela Variável (“PV”) 0,54% em 2018 e; (c) redução na receita líquida das transmissoras EATE e ETEP, em razão da queda de 50% da RAP para o ciclo 2018/2019, decorrente do aniversário de 15 anos das suas operações (EATE em março de 2018 e ETEP em agosto de 2017).
- Em 2017, (a) reajuste da RAP (1,57% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M e 3,60% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPCA); (b) disponibilidade de suas linhas de transmissão e subestações PV 0,72% em 2017; (c) redução na receita líquida das transmissoras EATE e ETEP, em razão da queda de 50% da RAP, pro rata temporis para o ciclo 2017/2018, em função do aniversário de 15 anos das suas operações (EATE em março de 2018 e ETEP em agosto de 2017); (d) redução na receita líquida da ECTE, em razão da queda de 50% da RAP, devido ao aniversário de 15 anos da sua operação (março de 2017); e (e) redução na receita das transmissoras ETES, ETSE e TNE, devido à revisão tarifária.
- Em 2016, (a) reajuste da RAP (11,09% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M e 9,32% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPCA); (b) disponibilidade de suas linhas de transmissão e subestações PV 0,35% em 2016); (c) entrada em operação da primeira fase do RBNI da ETVG em março de 2016 e da segunda fase em junho de 2016; (d) redução na receita líquida da ECTE em razão da queda de 50% da RAP, pro rata temporis, para o ciclo 2016/2017; e (e) alienação de participação acionária da Companhia na Transchile.

No segmento de geração verificou-se:

- Em 2018, (a) redução no faturamento nas PCHs Queluz e Lavrinhas, devido à alteração na forma de reconhecimento das liminares que protegem as PCHs contra o GSF, que em 2018 passaram a ser contabilizadas em contas patrimoniais (passivo - fornecedores), não transitando pelo resultado das usinas como em 2017; (b) aumento no faturamento da PCH Verde 08, em função de sua entrada em operação; e (c) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).
- Em 2017, (a) aumento na receita bruta da PCH Morro Azul, em razão da menor geração de energia no quarto trimestre de 2016 quando da sua entrada em operação e, desta forma, ocorreram algumas paradas previstas; (b) ganho com a venda da energia excedente, devido à estratégia de sazonalização da Companhia, nas usinas Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes (que teve sobra de energia em novembro de 2017) e nas PCHs Queluz e Lavrinhas; e (c) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).
- Em 2016, um crescimento de 29,3% na receita líquida, deve-se: (a) início dos CCEARs dos Parques Eólicos Energias dos Ventos em janeiro de 2016; (b) início da operação comercial da PCH Morro Azul (agosto de 2016); (c) ganho com a estratégia de comercialização de energia nas PCHs Queluz e Lavrinhas; e (d) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita operacional bruta da Companhia passou de R\$ 1.699,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.084,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 22,7%. A variação do saldo se deve, principalmente: (a) ao aumento na receita de infraestrutura, sendo que, a variação nesta receita deve-se, principalmente, aos projetos de transmissão em implantação no Brasil e, também, em razão da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) - Receita Contrato com Clientes, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018; (b) ao aumento na receita de transmissão de energia, exclusivamente nas transmissoras em operação, em função da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) - Receita Contrato com Clientes, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018 e; (c) à redução na receita de suprimento de energia, devido: (i) à redução no faturamento combinado das geradoras, basicamente pela redução no faturamento nas PCHs Queluz e Lavrinhas, explicado pela alteração na forma de reconhecimento das liminares que protegem as PCHs contra o GSF, que em 2018 passaram a ser contabilizadas em contas patrimoniais (passivo - fornecedores), não transitando pelo resultado das usinas; (ii) ao aumento no faturamento da PCH Verde 08, em função de sua entrada em operação; e (iii) ao reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

A receita operacional bruta da Companhia passou de R\$ 1.705,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.699,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 0,4%. A variação do saldo se deve, principalmente, à redução da taxa de remuneração do ativo financeiro de algumas transmissoras, dado que, para cálculo desta taxa, são utilizadas projeções de inflação (IGP-M / IPCA), as quais foram reduzidas quando comparado 2017 vs. 2016, efeito este mitigado pelo crescimento na receita de suprimento de energia, que se deve ao: (i) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M); (ii) ganho com a venda da energia excedente, em decorrência da estratégia de sazonálização da Companhia; e (iii) aumento na receita bruta da PCH Morro Azul, em razão da entrada em operação ter ocorrido em setembro de 2016.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais consolidados da Companhia e de suas controladas são afetados de maneira significativa por diversos fatores, incluindo, especialmente: (i) disponibilidade da rede de transmissão de energia elétrica; (ii) reajuste da RAP das concessionárias; (iii) fatores regulatórios, inclusive decisões, normas e políticas adotadas pelo MME, ANEEL, ONS e outras entidades regulatórias do setor de transmissão de energia elétrica; (iv) exposição a taxas de câmbio e de juros; (v) índice pluviométrico; e (vi) condições macroeconômicas do Brasil.

No segmento de transmissão, houve um aumento de 15,1% no lucro líquido, que se deve ao aumento de R\$ 153,0 milhões no EBITDA, devido ao aumento de R\$ 435,5 milhões na receita bruta, principalmente, em razão, da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) - Receita Contrato com Clientes, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018. No entanto, o aumento foi mitigado dado que a aplicação do CPC 47 (IFRS 15) - Receita Contrato com Clientes gerou um aumento no saldo a receber dos ativos da concessão, que por sua vez resultou no reconhecimento dos impostos diferidos incidentes sobre este incremento, que impactou R\$ 95,7 milhões.

No segmento de geração, houve uma redução no lucro líquido de 46,4% que se deve a: (a) redução no EBITDA, em razão, principalmente, do faturamento das PCHs Queluz e Lavrinhas, em decorrência da alteração na forma de contabilização das liminares que protegem as PCHs contra o GSF, que em 2018 passaram a ser contabilizadas em contas patrimoniais (passivo - fornecedores), não transitando pelo resultado das usinas como em 2017; (b) aumento no resultado financeiro, em função do incremento nas despesas financeiras, explicado, pelo: (i) aumento na PCH Verde 08, em razão da entrada em operação comercial do ativo; (ii) aumento na UHE La Virgen, referente a variação cambial (desvalorização do BRL frente ao USD) em provisões para aquisições de bens relacionados ao ativo; e (iii) redução nas usinas FGE, FRC, Ijuí, Queluz, Lavrinhas e Energia dos Ventos, pela queda de 6,9% ou R\$ 95 milhões na dívida bruta, que totalizou R\$ 1,280 bi neste ano, ante os R\$ 1,375 bi registrados em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“**GSF**”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da Garantia Física conjunta do MRE em um determinado mês. Ocorreu que em 2018 esta relação ficou em 82%, ou seja, os geradores participantes do MRE geraram menos energia do que o montante total de sua Garantia Física. Este déficit de geração, ocasionado pelo risco hidrológico, incorreu em uma exposição que foi rateada proporcionalmente levando-se em conta a garantia física de cada um dos participantes do MRE, desta forma, cada geradora necessitou comprar os MWh faltantes para cobrir a exposição e cumprir com seus contratos de venda, a um preço PLD calculado pela CCEE.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxa de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Diretoria entende que o resultado da Companhia e de suas controladas e coligadas são direta e significativamente impactados pela mudança nas tarifas de energia elétrica reguladas pela ANEEL.

Com relação às atividades de transmissão de energia elétrica, o fato gerador de receita de suas controladas consiste na disponibilidade das linhas de transmissão e subestações das suas concessões e não no volume de energia transmitida. Ademais, as controladas da Companhia têm direito a receber a RAP, a qual é fixa por concessão e anualmente reajustada pelo IGP-M ou o IPC-A.

Dessa forma, a Diretoria entende que a receita da Companhia é afetada pela: (i) variação da inflação; e/ou (ii) inserção de novas linhas de transmissão no grupo. Esta inserção se dá com uma política de crescimento consistente e com sinergia operacional, o que faz com que seja possível implantar novas transmissoras com grande eficiência, por meio de participação nos leilões de transmissão e aquisições.

A receita consolidada proveniente de transmissão e geração, que correspondem respectivamente a 71% e 29% da receita líquida consolidada da Companhia em 2018 (sem considerar TME, TNE e ETB), são impactadas pela inflação ou pela construção de novas linhas de transmissão ou usinas de geração. A receita líquida consolidada em 2017 (excluindo a Alupar – Holding) proveniente de transmissão e geração, que correspondem respectivamente a 70% e 30% da receita líquida consolidada da Companhia (sem considerar TME e TNE), são impactadas apenas pela inflação ou pela construção de novas linhas de transmissão ou usinas de geração.

Em 2018, a RAP das concessionárias foi reajustada em 4,27% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 2,85% de acordo com o índice de inflação IPCA. Em 2017, a RAP das concessionárias foi reajustada em 1,57% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 3,60% de acordo com o índice de inflação IPCA. Em 2016, a RAP das concessionárias foi reajustada em 11,09% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 9,32% de acordo com o índice de inflação IPCA.

Em 2018, no segmento de geração a receita líquida totalizou R\$ 548,0 milhões, 2,4% superior aos R\$ 535,2 milhões registrados em 2017, devido: (a) aumento na receita líquida da PCH Verde 08, em razão entrada em operação comercial; (b) aumento ofuscado pela queda na receita líquida das PCHs Queluz e Lavrinhas, em decorrência da alteração na forma de contabilização das liminares que protegem as PCHs contra o GSF; e (c) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

Em 2017, no segmento de geração a receita líquida totalizou R\$ 535,2 milhões, 21,8% superior aos R\$ 439,5 milhões registrados em 2016, devido a: (a) aumento na receita bruta da PCH Morro azul, em razão da menor geração em 2016, pois a PCH entrou em operação em set/16; (b) ganho com a venda da energia excedente, devido à estratégia de sazonalização da Companhia nas usinas Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes, Queluz e Lavrinhas; e (c) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2016, no segmento de geração a receita líquida totalizou R\$ 439,5 milhões, 29,3% superior aos R\$ 340,0 milhões registrados em 2015, devido a: (a) início dos CCEARs dos Parques Eólicos Energias dos Ventos em jan/16; (b) início da operação comercial da PCH Morro Azul (ago/16); (c) ganho com a estratégia de comercialização de energia nas PCHs Queluz e Lavrinhas; (d) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado operacional e financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação e pelos juros, uma vez que uma parcela relevante dos custos e despesas operacionais incorridos em reais são reajustados pela composição de diversos índices, tais como o IGP-M, IPC-A, a TJLP e a taxa dos CDI. Com o objetivo de mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía operações de swap vigentes. Não obstante, a Companhia poderá vir a contratar tais operações em determinadas circunstâncias, com o objetivo de travar o custo financeiro ocasionado pela inflação e pelas variações nas taxas de juros.

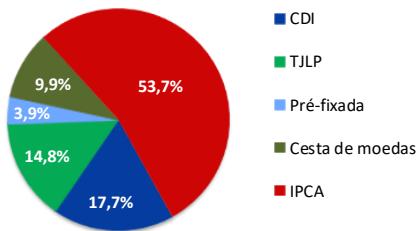
Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta consolidada da Companhia e suas subsidiárias totalizou R\$ 6.403,3 milhões, R\$ 1.640,1 milhões superior aos R\$ 4.763,2 milhões apurados em dezembro de 2017, sendo esta variação explicada principalmente pela: (i) amortização e pagamento de juros das dívidas da Alupar – Holding, no montante de R\$ 125,8 milhões; (ii) provisões de encargos e variações monetárias nas dívidas da Alupar - Holding, no montante de R\$ 78,4 milhões; (iii) amortização das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 1.397,1 milhões, sendo: (iii.a) R\$ 258,4 milhões referente à quitação dos bridges da usina La Virgen; (iii.b) R\$ 165,9 milhões em relação à quitação dos bridges da PCH Morro Azul; (iii.c) R\$ 150,0 milhões do bridge da transmissora ETAP; (iii.d) R\$ 100,0 milhões do bridge da transmissora ETC; e (iii.e) R\$ 100,0 milhões do bridge da PCH Verde 8; (iv) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 274,7 milhões; (v) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando R\$ 321,5 milhões; (vi) perda com a desvalorização do BRL frente a USD, nas dívidas das UHE La Virgen e da PCH Morro Azul, impacto de R\$ 49,5 milhões; (vii) captações das dívidas de longo prazo dos projetos, totalizando R\$ 2.564,3 milhões, sendo: (vii.a) R\$ 162,4 milhões na PCH Morro Azul; (vii.b) R\$ 136,7 milhões na PCH Verde 8; (vii.c) R\$ 151,3 milhões na transmissora ETAP; (vii.d) R\$ 112,6 milhões na transmissora ETC; (vii.e) R\$ 1.031,1 milhões na transmissora TPE; (vii.f) R\$ 655,2 milhões na transmissora TCC; e (vii.g) R\$ 315,0 milhões na transmissora EDTE; (viii) captação dos bridges, no montante de R\$ 103,9 milhões, sendo: (viii.a) R\$ 36,0 milhões na transmissora TCE (Colômbia); e (viii.b) R\$ 67,9 milhões na Alupar Peru, para implantação da UHE La Virgen; e (ix) captação nas transmissoras operacionais (EATE, ETEP, EBTE, ETES e ETVG) totalizando R\$ 316,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida da Companhia em moeda estrangeira totalizou R\$ 644,3 milhões ou 9,9% do total da dívida, sendo que a mesma está alocada nos projetos de geração e transmissão no Peru e na Colômbia.

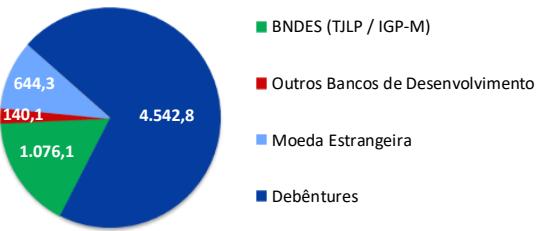
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O perfil do endividamento consolidado da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, está apresentado abaixo:

Composição Dívida Total por Indexador (%)



Composição da Dívida Total (Em milhares de R\$)



* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB e BDMG

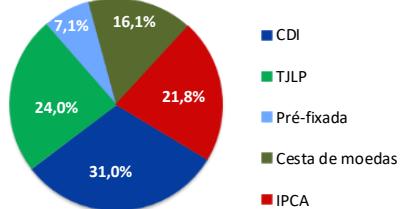
* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta consolidada da Alupar e suas subsidiárias totalizou R\$ 4.763,2 milhões em dez/17, R\$ 195,5 milhões superior aos R\$ 4.567,7 milhões apurados em dez/16. Esta variação é explicada principalmente pela: (i) captação de novos empréstimos nas subsidiárias: EATE, ECTE, Transleste, Transudeste, Transirape, Verde 8, ETAP, ETC e La Virgen no montante de R\$ 970,1 milhões; (ii) amortização parcial e pagamento de juros das dívidas da Alupar – Holding no montante de R\$ 192,3 milhões; (iii) provisões de encargos e variações monetárias nas dívidas da Alupar - Holding, no montante de R\$ 80,4 milhões; (iv) amortização parcial das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 653,0 milhões; (v) pagamentos dos encargos das dívidas das subsidiárias, no montante de R\$ 299,6 milhões; (vi) ganho com a valorização do BRL frente a USD, nas dívidas das UHE La Virgen e da PCH Morro Azul, impacto de R\$ 37,1 milhões; (vii) provisões de encargos e variações monetárias das subsidiárias, totalizando R\$ 324,6 milhões.

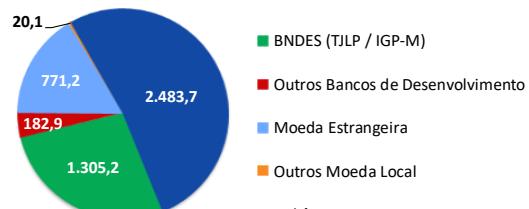
Em 31 de dezembro de 2017, a dívida da Companhia em moeda estrangeira totalizou R\$ 771,2 milhões ou 16,1% do total da dívida, sendo que a mesma está alocada nos projetos de geração no Peru e na Colômbia.

O perfil do endividamento consolidado da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, está apresentado abaixo:

Composição Dívida Total por Indexador (%)



Composição da Dívida Total (Em milhares de R\$)



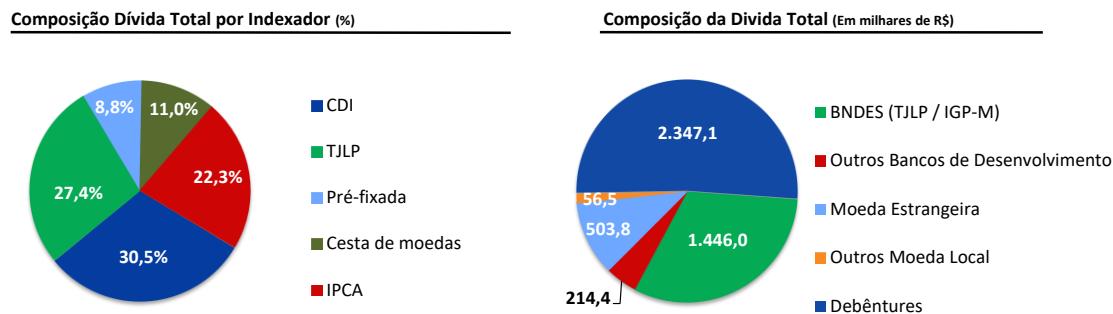
* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB e BDMG

* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida da Alupar consolidada e suas subsidiárias em moeda estrangeira totalizou R\$ 503,8 milhões ou 11,0% do total da dívida, sendo R\$ 0,8 milhão financiamentos em cesta de moedas junto a bancos de fomento e R\$ 503,0 milhões alocados nos projetos de geração no Peru e na Colômbia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O perfil do endividamento consolidado da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, está apresentado abaixo:



* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB

* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no último exercício social.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. A Companhia destaca que não houve, nos últimos três exercícios sociais, operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária que impactassem as demonstrações financeiras da Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve, durante os últimos três exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais, exceto pela adoção do CPC 47. Receita de Contrato com Cliente. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15, que afetou os registros de remuneração do ativo da concessão do segmento de transmissão da Companhia, já descrita no item 10.5 deste Formulário de Referência.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nos últimos três exercícios sociais. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 16 com a sua entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais não apresentou quaisquer ressalvas.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e também esclarecem que, a apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foi realizada em atendimento à legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Estas demonstrações foram também examinadas pelos auditores independentes e estão adequadamente apresentadas em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram:

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado - (Consulte as notas explicativas 3.5 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2018 a subsidiaria da Companhia, Ferreira Gomes Energia S.A., possui R\$ 1.456.694 mil referente a ativo imobilizado registrado nas demonstrações contábeis consolidadas. Conforme mencionado nas notas explicativas, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável desses ativos imobilizados. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado.

A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, incluindo taxas de desconto e de crescimento. O valor recuperável do ativo imobilizado pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas na projeção de fluxos de caixa e na taxa de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

desconto, o que pode impactar o valor do ativo imobilizado reconhecido nas demonstrações contábeis. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela subsidiária da Companhia e aprovadas pela diretoria. Analisamos a avaliação da subsidiária da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação aos seus ativos, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho dos ativos no exercício e reuniões com a diretoria operacional da subsidiária da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados, especialmente às relativas a taxa de desconto, volume e preço de venda de energia projetado, inflação, aumento de custos e taxas, continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Além disso, realizamos discussões com a Companhia, avaliando, também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características do negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado.

Baseado nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os saldos do ativo imobilizado são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Mensuração dos ativos de contrato relacionado a construção da infraestrutura de transmissão (Consulte as notas explicativas 3.1.5, 3.14.1, 4.1 e 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado em suas demonstrações contábeis consolidadas, na rubrica “Ativo contratual da concessão” o montante de R\$ 5.531.458 mil, respectivamente, enquadrado no escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 – Revenue from contract with customer). O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita financeira.

A mensuração do ativo de contrato envolve julgamentos e premissas significativas, tais como: (i) as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada; e (ii) a taxa de desconto aplicada, que representa o componente de financiamento embutido no fluxo de recebimento futuro. Devido a relevância dos valores envolvidos, os julgamentos e as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato e impacto significativo nas demonstrações contábeis, consideramos a mensuração do ativo de contrato como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Obtenção do entendimento sobre os controles internos chave relacionado a valorização do ativo contratual (ii) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance, além de outros aspectos relacionados ao preço do contrato; (iii) avaliação com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, dos julgamentos e premissas relevantes utilizadas, tais como: margem de construção e margem de operação e manutenção; (iv) avaliação da taxa de desconto utilizada; (v) avaliação das projeções de receitas esperadas; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Com base nas evidencias obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas baseiam-se em pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos seus negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os Diretores esclarecem que as políticas contábeis consideradas críticas praticadas pela Companhia encontram-se descritas abaixo.

Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

b) Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A companhia e suas e controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas e controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia suas coligadas e controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas coligadas e controladas considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos e estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros ao custo amortizado. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia suas coligadas e controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia suas coligadas e controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia suas coligadas e controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia, suas coligadas e controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, suas coligadas e controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia, às suas coligadas e controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia, suas coligadas e controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia, suas coligadas e controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido a longa data com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia, suas coligadas e controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia, suas coligadas e controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia, suas coligadas e controladas para a recuperação dos valores devidos.

Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e, em contrapartida, recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento de uma indenização.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ate 31 de dezembro de 2017, de acordo com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não eram reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considerava que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

A partir de 1º de janeiro de 2018, as controladas e coligadas do segmento de transmissão passaram a registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Desta forma, caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

As controladas e coligadas do segmento de transmissão classificam dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 15,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com remuneração pela implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos na conta de “Outras obrigações” e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Taxes regulamentares e setoriais diferidas” no passivo circulante e não circulante.

Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 15, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2018.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (direito de exploração) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao direito de exploração decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

A Companhia avalia periodicamente se existe indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2018, considerando o custo total do ativo e seus contratos de fornecimento de energia, a Companhia realizou o teste de recuperação do ativo imobilizado de sua controlada Ferreira Gomes Energia S.A. a qual possuía um ativo imobilizado no montante de R\$ 1.456.694 mil apresentado nas demonstrações contábeis.

Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método do valor presente dos fluxos de caixa da operação esperados, utilizando uma taxa de desconto após os impostos (WACC) de 9,07% e os contratos de fornecimento

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

até o final da concessão (Nov/2045). O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi maior que seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução do valor recuperável foi reconhecida.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

Passivos financeiros – classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; custo amortizado, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado onde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Atualmente, a Companhia, suas controladas e investidas estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- **Lucro Presumido:** Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.
- **Lucro Real -** Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de energia elétrica

Até 31 de dezembro de 2017, as controladas do segmento de transmissão classificavam a infraestrutura de transmissão como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração de infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito da contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de Contrato.

Segue um detalhamento sobre a composição das receitas:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.

Receita de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e é reconhecida a partir da entrada em operação.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a fase de construção. A receita é reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.

Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem. A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reserva Global de Reversão (RGR) e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

O RGR é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

Segmento Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O grupo elaborou demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de voto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Os Diretores esclarecem que, em 31 de dezembro de 2018, as controladas da Companhia em fase pré-operacional mantinham compromissos na forma de contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de matérias para a construção dos respectivos empreendimentos, no montante de R\$ 572,3 milhões. Ademais, em 31 de dezembro de 2018, a ETB possuía 93% da sua demanda de alumínio contratada a preço fixo e as empresas TSM, TCC e TPE possuíam aproximadamente 50% das toneladas de alumínio negociadas a preço fixo.

Exceto pelos ativos/passivos desritos acima, todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial referente ao último exercício social.

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial referente ao último exercício social.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial referente ao último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial referente ao último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada; e

Todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial referente ao último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial referente ao último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referente ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

- (b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

- (c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 11 projetos de transmissão em implantação ou em fase de assinatura de contrato, conforme abaixo:

	Transmissoras	Tipo	Extensão	Investimento Total (R\$ Milhões)	Entrada em Operação
1	ELTE	Linha de Transmissão + Subestação	40	262,0	-
2	TNE	Linha de Transmissão	715	1.481,1*	-
3	ETAP	Linha de Transmissão + Subestação	20	284,9	2019
4	ETC	Subestação	-	151,0	2019
5	TPE	Linha de Transmissão + Subestação	541	1.268,7	2022
6	TCC	Linha de Transmissão + Subestação	288	698,8	2022
7	ESTE	Linha de Transmissão + Subestação	236	485,8	2022
8	TCE	Linha de Transmissão	200	US\$ 130,0	2021
9	TSM	Linha de Transmissão	330	889,0	2022
10	ETB	Linha de Transmissão	446	720,5	2020
11	EDTE	Linha de Transmissão + Subestação	170	368,0	2019

*Investimento inicial de R\$ 969,0 em set/11, atualizado pela inflação até dez/18

Geradoras	Potência a ser Instalada (MW)	Energia Assegurada ¹ (MW)	Investimento Total (Milhões)	Entrada em Operação
Água Limpa	23,0	11,4	125,0	-
La Virgen	84,0	49,3	USD 170,0	2019

¹ A energia assegurada do sistema elétrico brasileiro é a máxima produção de energia que pode ser mantida quase que continuamente pelas usinas hidrelétricas ao longo dos anos, simulando a ocorrência de cada um dos milhares de possibilidades de sequências de vazões criadas estatisticamente, admitindo certo risco de não atendimento à carga, ou seja, em determinado percentual dos anos simulados, permite-se que haja rationamento dentro de um limite considerado aceitável pelo sistema. Na regulamentação atual, esse risco é de 5%. Desse modo, a determinação da energia assegurada independe da geração real e está associada às condições, a longo prazo, que cada usina pode fornecer ao sistema, assumindo um critério específico de risco do não atendimento do mercado (déficit), considerando principalmente a variabilidade hidrológica à qual a usina está submetida. Nos cálculos das energias asseguradas, são desconsiderados os períodos em que a usina permanece sem produzir energia por motivo de manutenções programadas e paradas de emergência. Considera-se energia assegurada de cada usina hidrelétrica, a fração, a ela alocada, da energia assegurada do sistema. A operação cooperativa do parque gerador brasileiro foi historicamente adotada, visando garantir o uso eficiente de recursos energéticos no país. Com a introdução da competição no segmento de geração de energia e o aumento do número de agentes, optou-se pela manutenção da operação centralizada das centrais geradoras hidrelétricas, visando a otimização do uso dos reservatórios e a operação com mínimo custo ao sistema.

Atualmente, o portfólio de projetos em energia renovável, centrais hidrelétricas - fazendas eólicas e usinas solares fotovoltaicas em desenvolvimento soma cerca de 698 MW de capacidade com investimentos da ordem de R\$ 3,8

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

bilhões, dos quais cabe destacar os projetos a seguir elencados, os quais já se encontram em fase adiantada na obtenção das permissões para início de construção:

	Geradoras em Estudo	Potência a ser Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Investimento Total (R\$ Milhões)
Hídrica	Volta Grande	24,0	13,1	190,0
	Verde 11	50,0	31,7	350,0
	Cruz Velha	30,0	17,1	170,0
	Porto da Bota	30,0	18,3	205,0
	Cutia Alto	30,0	18,6	200,0
	Salto	22,0	12,3	165,0
	COR 174	24,0	14,7	170,0
	COR 194	23,5	14,4	150,0
	COR 207	21,0	13,0	165,0
	COR 232	20,0	12,3	167,0
	E01a	48,5	24,7	251,0
Eólica	Jandaíra	193,2	94,7	800,0
	Pedro Avelino	147,0	67,4	650,0
	Fontainha II	25,2	12,2	130,0
Solar	Pitombeira	10,0	3,0	50,0
Total		698,4	367,5	3.813,0

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para o desenvolvimento do seu plano de negócios, as fontes de recursos da Companhia são estruturadas com capital próprio e financiamentos de longo prazo (até 20 anos), idealmente na proporção de 70% dívida e 30% capital próprio.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve e não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, uma vez que não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que o foco dos negócios da Companhia é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que o foco dos negócios da Companhia é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, considerando que o foco dos negócios da Companhia é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que o foco dos negócios da Companhia é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Anualmente, a Companhia seleciona projetos de cultura, esporte, saúde e de responsabilidade social com critérios previamente estabelecidos. Os aportes realizados pela Companhia seguem especificamente a legislação aplicável e possuem acompanhamento sistemático desde a aprovação nos Ministérios competentes até sua efetiva implementação. Como direcionador, tem-se também a busca de projetos que sejam autossustentáveis e que busquem a autonomia, o resgate da cidadania efetiva, preservando a cultura e história, abrindo um importante canal de comunicação com a comunidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o total investido pelo grupo foi de R\$ 6.681.000,00 em patrocínios via Lei de Incentivo à Cultura (Rouanet), Lei de Incentivo ao Esporte, Pronas, Pronon, Fundo Municipal do Idoso, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, além do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Programas sociais e responsabilidade social

A Companhia está comprometida com o desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua, tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Neste sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que os empreendimentos da Companhia podem gerar na vida dos membros das comunidades onde atua, são desenvolvidas ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

Por meio do FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, foram feitas doações para diversas instituições no estado São Paulo, dentre elas a Associação Beneficente Santa Fé, Liga Solidária, Projeto Casulo e Instituto André Franco Vive. Além dos Projetos OBI e Verdescola no litoral paulista.

O fomento à cultura, através da Lei Rouanet, pode apoiar diversos projetos, dentre eles:

- Concertos Brasileiros – executado pela ACTC - Casa do Coração - Associação de Assistência à Criança e ao Adolescente Cardíacos e aos Transplantados do Coração;
- Formação de mediadores de leitura e distribuição de acervo às comunidades da Amazônia Legal – executado pela Fundação Vaga Lume;
- Cultivando a Leitura – executado pela Fundação Dorina Nowill para Cegos;
- 33ª Bienal de São Paulo – executado pela Fundação Bienal de São Paulo; e
- Espetáculo Anual e manutenção da escola - Associação de Balé de Cegos Fernanda Bianchini.

Adicionalmente, por meio da aplicação de incentivo fiscal vinculado à Lei do Esporte foram realizados alguns projetos, entre eles:

- Confederação Brasileira de Rugby: Seleções Nacionais - Centro de Alto Rendimento - ano IV; e
- Projeto Ano II – Tenis Classic.

Em saúde, foram realizados investimentos em importantes centros de diagnóstico e pesquisa, sendo alguns deles: Hospital do Câncer de Barretos/SP e Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro (Hospital Pequeno Príncipe), Hospital Bom Samaritano em Governador Valadares e Santa Casa de Marília/SP.

Além destes projetos, a Companhia e suas controladas fazem doações mensais ao GRAAC (Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer) e ao Lar Betânia (abrigos para menores na cidade de Ferraz de Vasconcelos).